



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA
MODALIDADE À DISTÂNCIA

SILVIA ARAGÃO DE LIMA

A VIOLÊNCIA NO CONTEXTO ESCOLAR:
Ouvindo o Professor de Sala de Aula.

JOÃO PESSOA – PB

2016

SILVIA ARAGÃO DE LIMA

A VIOLÊNCIA NO CONTEXTO ESCOLAR:

Ouvindo o Professor de Sala Aula.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Coordenação do Curso de Licenciatura Plena em
Pedagogia na Modalidade à Distância, do Centro
de Educação da Universidade Federal da Paraíba,
como requisito institucional para obtenção do
título de Licenciada em Pedagogia.

Orientador: Prof. Karla Lucena de Souza

JOÃO PESSOA – PB

2016

L732v Lima, Silvia Aragão de.

A violência no contexto escolar: ouvindo o professor de sala de aula / Silvia Aragão de Lima.– João Pessoa: UFPB, 2016.
58f.

Orientadora: Karla Lucena de Souza
Trabalho de Conclusão de Curso (graduação em Pedagogia – modalidade à distância) – UFPB/CE

1. Escola. 2. Professor. 3. Violência. I. Título.

UFPB/CE/BS

CDU: 37.06(043.2)

A VIOLÊNCIA NO CONTEXTO ESCOLAR:

Ouvindo o Professor de Sala Aula.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Coordenação do Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia na Modalidade a Distância, do Centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba, como requisito institucional para obtenção do título de Licenciada em Pedagogia.

APROVADA EM: 23/11/2016

BANCA EXAMINADORA

Karla Lucena de Souza- Orientadora
Universidade Federal da Paraíba - UFPB

Prof. Cristhiane da Silva Cavalcante – 1º membro
Universidade Federal da Paraíba - UFPB

Profa. Ivana Maria Medeiros De Lima – 2º membro
Universidade Federal da Paraíba - UFPB

JOÃO PESSOA - PB
2016

DEDICATÓRIA

Dedico todo esse projeto a Deus que me inspira e está sempre a iluminar meus caminhos. Meus pais, meu esposo, meus filhos e demais familiares, que me apoiam e ajudam em tudo. E a todos que buscam a paz.

AGRADECIMENTOS

A Deus que sempre me fortalece, direciona, ilumina e cuida de mim.

Aos meus pais, José e Raimunda, pela vida e educação que proporcionaram esta conquista.

A meu esposo Alex e aos meus filhos que sempre estiveram ao meu lado, ajudando em todos os momentos.

Aos meus queridos irmãos(ãs), pelo carinho e incentivo em toda a minha trajetória, mesmo distantes sempre torcendo por mim.

À Profª Karla Lucena de Souza, que sempre esteve à disposição para auxiliar no que fosse necessário, pela seriedade do seu trabalho e paciência, fazendo com que o final dessa trajetória fosse mais fácil de ser compreendida.

Às minhas tutoras presenciais Cristiana Cavalcante e Rosa Nubia, que sempre me apoiaram em tudo que podiam, com paciência, competência, boa vontade, disposição e muito carinho, tornaram a trajetória mais fácil e prazerosa.

Aos educadores(as), funcionários(as) e alunos(as) das escolas visitadas, pois contribuíram significativamente para a construção desse trabalho.

À minhas amigas Anne Caroline, Elane Cândido, Sandra Bezerril, Jullyanne Lima e Janaina Oliveira pela disposição em fazer as correções ortográficas.

À Profª Solanja Cintra, que foi muito importante no meu processo acadêmico e sempre torceu para que eu pudesse alcançar este ideal.

Aos meus amigos mais próximos que sempre estiveram ao meu lado desde o início da minha jornada acadêmica.

A todos(as) os(as) professores(as) desta instituição que cruzaram a minha trajetória acadêmica, me ensinando saberes que levarei para a vida toda.

A todos os demais colegas, com os quais eu tive o privilégio de conviver, sempre na busca da aceitação, por meio da tolerância às diferenças, o meu muito obrigada.

RESUMO

A presente pesquisa teve como objetivo averiguar como a escola tem enfrentado a questão da violência dentro do espaço educacional. Para isso, partiu-se de uma abordagem histórica da violência e seu enfrentamento ao longo dos anos dentro das instituições escolares, identificando as ações realizadas para minimizar o fenômeno. Ressaltou-se o comportamento dos alunos, o posicionamento dos professores e do estabelecimento escolar, bem como dos pais ante a problemática, verificando os reflexos no desenvolvimento educacional dos alunos. A pesquisa foi realizada com quatro professoras do ensino fundamental nas escolas E.M.E.F. O.R.C e E.M.E.F A. no Município de João Pessoa-PB. A abordagem utilizada foi qualitativa, de cunho exploratório, além da observação das atividades em sala de aula. Por meio da análise das respostas do questionário aplicado, verificou-se que a violência, dentro e fora do espaço escolar, e as ações relativas a tal fato ainda percorrem caminhos distantes de uma construção coletiva e harmônica. Muitos são os fatos apontados como justificativa do existir e poucas as ações para o minimizar de forma efetiva, sendo mais pontuais do que conjuntas.

PALAVRAS-CHAVE: Contexto Escolar. Professor. Violência.

ABSTRACT

The present research had as objective to investigate how the school has faced the issue of violence within the educational space. For this, we started with a historical approach to violence and its confrontation over the years within the school institutions, identifying actions taken to minimize the phenomenon. The behavior of the students, the positioning of the teachers and the school establishment, as well as the parents before the problematic, were verified, verifying the reflexes in the educational development of the students. The research was carried out with four elementary school teachers in the schools E.M.E.F. O.R.C and E.M.E.F A. in the Municipality of João Pessoa-PB. The approach used was qualitative, of an exploratory nature, besides the observation of the activities in the classroom. Through the analysis of the answers of the applied questionnaire, it was verified that violence, inside and outside the school space, and the actions related to this fact still travel distant paths of a collective and harmonic construction. Many are the facts pointed out as justification of existence and few actions to minimize it effectively, being more punctual than joint.

KEY WORDS: Violence. School Context. Teacher.

SUMÁRIO

	Página
1 INTRODUÇÃO	09
2 O PROCESSO EDUCACIONAL NO BRASIL	12
2.1 Período Jesuítico	12
2.2 período Pombalino	13
2.3 Período Joanino	13
2.4 Período Imperial	14
2.5 Período da Primeira República	14
2.6 Período da Segunda República	15
2.7 Período do Estado Novo	16
2.8 Período da Nova República (1946 - 1963)	17
2.9 Período do Regime Militar (1964 - 1985)	17
2.10 Período da Abertura Política (1986 - 2003)	18
3 CONCEITO HISTÓRICO DA VIOÊNCIA.	19
4 PERCURSO METODOLÓGICO	29
4.1 Sujeito da pesquisa	30
4.2 Instrumentos e procedimentos metodológicos	31
4.3 Observações	33
4.4 Análise e Interpretação dos Dados	33
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	50
7 REFERÊNCIAS	52
APÊNDICE A –QUESTIONÁRIO	55
APÊNDICE B –TERMO DE CONSSSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	57
	58

INTRODUÇÃO

A violência entre pessoas e grupos é um fenômeno complexo que existe desde os primórdios, acompanha a história da civilização e modifica-se com o tempo. Ao pensar na origem da violência remete-se a Costa (1997, p. 283) quando diz que, “tem sido estudada por muitos sociólogos e historiadores, [...] Para esses estudiosos, entre os quais está Hobbes, Rousseau, Marx e Engels, a origem dos conflitos e da violência, remota às organizações humanas mais primitivas”.

Um conceito básico de violência em geral é apresentado por Marilena Chauí (2003, p. 308), que afirma: “em nossa cultura, a violência é entendida como violação da integridade física e psíquica de alguém, da sua dignidade humana”. Essa violência manifesta-se de forma e circunstâncias diversas, atingindo diferentes grupos e caracteriza-se em: violência contra mulher, a criança, o idoso, violência doméstica, trabalhista, dentre outros.

Várias são as maneiras por meio das quais a violência pode manifestar-se: física, psíquica, moral, simbólica, institucional, por meio de uma infração penal, psicológica, verbal, sexual, por negligência, bullying e muitas outras. Pode ser motivada, em boa parte dos casos, pela busca por justiça, liberdade, igualdade social, domínio, poder, vingança etc.

Todo esse agravo traz grandes prejuízos à humanidade, embora em seu contexto existam os que apontem várias explicações e justificativas, opção que é sempre catastrófica. Nas últimas décadas, com o avanço significativo da violência, surgiu um novo desafio para a sociedade.

No Brasil, a história da violência também está inserida desde seu descobrimento, onde se destaca a escravidão dos índios e dos negros, o coronelismo, entre outros. ao longo dos séculos, o aumento da violência acompanha a história, deparando-se ainda com ações expostas nas instituições escolares. De acordo com a autora Abramovay (2012, p. 26), “a violência escolar é um fenômeno antigo em todo problema social podendo ocorrer, conforme já classificado pela ciência e adotado pelo senso comum, como indisciplina, delinquência, problemas de relação professor-aluno ou mesmo aluno-aluno”. Pode ocorrer na escola de diversas formas tanto com fatores internos, tais como desrespeitos entre alunos e funcionários, desrespeito às normas e regras, carência de recursos, etc.); bem como por fatores externos, como exclusões sociais, raciais,

religiosos e de gênero, desestruturação familiar, divergências culturais, religiosas, sociais, políticas e lutas pelo poder, envolvendo toda a comunidade escolar.

A escola é ambiente de sociabilidade, convivência, diversidade, saberes e valores que definem a construção da cidadania e da vida em sociedade. É fundamental, portanto, combater todo tipo de agressão, pois é um ambiente de formação da ética e da moral dos sujeitos ali inseridos, sejam eles alunos, professores ou demais funcionários, ao mesmo tempo em que, é nesta instituição que se aprende a lutar pelos ideais de maneira crítica e construtiva, de forma alguma tolerar qualquer tipo de violência.

O interesse por estudar essa temática nasceu a partir da vivência em sala de aula como estagiária. Ao observar a equipe educacional e seu importante papel nessas instituições, nasceu o desejo de compreender sobre qual seriam seus papéis e o que pensam disso. Diante dessa realidade de violência, possibilita-se a reflexão sobre esse tema, verificando-se notoriamente queixas significativas do aumento no índice da problemática mencionada que vem acontecendo em todas as faixas etárias. Portanto, é pertinente a preocupação na busca por entender como se dá esse processo e quais os possíveis danos na prática diária.

Esse contexto tem desafiado toda a sociedade, especialmente educadores que entre outras contribuições são agentes responsáveis pela formação da cidadania. Além disso, essa situação parece estar trazendo receios ao ambiente escolar, comprometendo a qualidade da aprendizagem. Para isso, trabalhou-se visando buscar entender em que medida a escola tem enfrentado a questão da violência agindo e interagindo na prevenção e resolução dos problemas.

Mediante estudo desta temática, elencou-se objetivos visando encontrar respostas a problemática em questão. Assim, trabalhou-se com o objetivo geral focado no sentido de averiguar como a escola tem enfrentado a questão da violência dentro do espaço educacional.

Dando suporte a esse feito elencou-se como objetivos específicos: resgatar a história da educação e seu desenvolvimento dentro do contexto escolar; refletir sobre os aspectos que giram em torno da violência dentro e fora do espaço escolar; entender por meio de questionário o que os professores pensam sobre a temática e quais as ações que estão sendo promovidas no seu dia a dia.

Para tanto, caminhou-se por uma pesquisa qualitativa que se estrutura a partir de análise de artigos e livros, questionário com professores abordando a temática da

violência. A pesquisa de campo realizou-se nas E.M.E.F. O.R.C e E.M.E.F A. Município de João Pessoa - PB, envolvendo quatro professores do ensino fundamental. Esse número se dá por ter sido escolhido professores que trabalham com o 4º ano, delimitando o foco da pesquisa para um melhor apanhado dos resultados e ainda, por ter sido esse o enfoque do estágio, de modo a complementar um estudo já iniciado.

A metodologia da pesquisa seguiu por um aprofundamento do tema por meio de pesquisas bibliográficas sobre a temática, bem como uma pesquisa de campo, do tipo exploratória, de cunho qualitativo. Apoiado teoricamente na Lei de Diretrizes e Bases (LDB) e demais leis que regem a Educação, bem como em autores como COLOMBIER (1989), CANDAU (2000) e ABRAMOVAY (2012), dentre outros.

O trabalho está disposto em dois capítulos. O primeiro procura situar a Educação, versando sobre os marcos históricos e seu desenvolvimento. O segundo evidencia o conceito da violência, abordando um histórico sobre o tema e sua relação com o contexto educacional.

O presente estudo é relevante, por que trata de uma temática que aborda um assunto muito complexo, que afeta a vida dos alunos e das pessoas envolvidas na escola. Nessa perspectiva é importante ter uma visão ampla sobre as questões de violência nas escolas, em busca de reflexões que visem medidas e estratégias para superação desses conflitos.

2 O PROCESSO EDUCACIONAL NO BRASIL

Para compreender melhor o papel da escola e seus conflitos internos e externos é importante analisar como se deu o processo de desenvolvimento educacional no país. Inicia-se falando sobre a educação indígena antes da colonização. Segundo Boris Fausto (2003, p. 40), “de igual modo aos povos primitivos, nômades, sua renda era baseada na agricultura de subsistência e sem movimentações comerciais, vivendo apenas da caça e da pesca”.

Os índios tinham seus métodos educacionais próprios, sua educação diferenciada por sexo e idade para as meninas, exerciam tarefas como fiação de algodão e fabricação de utensílios de cerâmica, aprendiam a semear, plantar, fiar e tecer fios, cozinhar e preparar alimentos. A partir dos 15 anos, também tinham cerimônias de iniciação a expedições guerreiras, caça, pesca e fabricação de flechas.

No Brasil, a história oficial da origem da educação brasileira remonta ao período da colonização do país, quando em 1549 os primeiros jesuítas aqui chegaram e formularam nos “Regimentos” aquilo que pode ser considerado o primeiro plano educacional do país, ou seja, nossa primeira política educacional (SAVIANI, 2003). Em nenhum momento foi elaborado um modelo de educação próprio, mas sempre sofreu influências externas como as fortes investidas dos jesuítas e espanhóis, por isso foi permeada de muitas lutas e conquistas, passando por diversas rupturas, modificações, fases e períodos marcantes. Cada período teve seus desafios e conflitos envolvendo interesses políticos, sociais, econômicos, culturais, fatores que até hoje permeiam a educação.

2.1 Período Jesuítico (1549 - 1759)

Segundo Franca (1952), os jesuítas foram os primeiros educadores do Brasil. Sua pedagogia estava embasada na moral e nos costumes relacionados à religião. Suas maiores pretensões eram instruir os índios à fé católica e ensiná-los a ler e escrever. Os jesuítas foram bem organizados em seus ensinamentos e introduziram um sistema educacional conhecido como *Ratio Studiorum*. A pedagogia inaciana incorporou muitos elementos de formação humanista assim como o método rigoroso da Universidade de Paris, mas ensinava apenas o ensino básico.

2.2 Período Pombalino (1760 - 1808)

Conforme Figueira (2005), a chegada do marquês de Pombal ao Brasil provocou diversas modificações no contexto educacional. A atuação dos jesuítas foi completamente extirpada, com a finalidade de inserir um novo método educacional, objetivando o fortalecimento e reestruturação da balança comercial entre Portugal e a Colônia. Foram criadas as aulas régias de latim, grego e retórica, nas quais cada professor dirigia sua aula desconectado das demais disciplinas. A educação sofreu uma grande defasagem nesse período: professores mal pagos eram adaptados de outras funções para exercer a docência. Pombal pensou em organizar a escola para servir aos interesses do Estado, pretendendo por meio da expulsão dos jesuítas recuperar a economia com a concentração do poder real e a modernização da cultura portuguesa.

2.3 Período Joanino (1808 – 1821)

Para Aranha (2005) o período Joanino tem início com a fuga da família real de Portugal para o Brasil. Tendo status de colônia, o Brasil não possuía estrutura cultural e nem científica para receber a corte portuguesa, muito menos para se tornar a sede do governo.

Não era cabível a uma corte, se instalar em um país onde não houvesse escolas, universidade ou algum tipo de local destinado ao desenvolvimento do conhecimento intelectual, tais como bibliotecas e centros de pesquisa. Para sanar tal problema, D. João, então rei de Portugal, decidiu investir na criação de escolas, Universidades, bibliotecas e na criação do Jardim Botânico do Rio de Janeiro. A ideia não era formar intelectuais para a colônia, agora com status de metrópole, mas sim ter locais que formassem pessoas capazes de suprir as necessidades profissionais da corte. Para isso, foram criados os cursos de cirurgia e economia em Salvador, que tinha um caráter mais profissionalizante do que científico.

Segundo Azevedo (2005) a educação que se desenhou no Brasil durante o período Joanino era dotada de forte caráter ideológico e discriminatório, pois não tinha a intenção de formar uma classe de intelectuais, mas sim, como já dito acima, formar uma

classe de profissionais capacitados para atender as necessidade da corte recém formada.

Não se pode negar os ganhos obtidos durante o governo de D. João, porém é inegável também que esse modelo elitista implantado no período colonial se perpetua até os dias atuais, o que causou um grande prejuízo para a formação da classe intelectual do país.

2.4 Período Imperial (1822 - 1888)

Segundo Ghiraldelli (2008), o ensino no Império se dividiu em: primário, secundário e superior. Esse último só pôde ser oferecido no Brasil graças às iniciativas de D. João VI, que sempre se preocupou assemelhar a colônia à Corte. Para alcançar tal objetivo, várias iniciativas foram tomadas, entre elas a criação da imprensa e das escolas superiores, como o curso de Cirurgia e Anatomia no Rio de Janeiro, em 1821.

D. Pedro I proclama a independência e outorga a primeira Constituição do Brasil em 1824, na qual se encontrava um tópico sobre a educação. A norma exigia que a instrução primária deveria ser gratuita para todos os cidadãos, devendo o Império possuir escolas primárias, ginásios e universidades. Infelizmente, a realidade não correspondia à determinação legal, já que esse período demonstrou uma enorme carência de instituições educativas bem como de professores (GHIRALDELLI, 2001).

Conforme registros documentais da época, foram criados graus de instrução diversos, para atender o anseio do Império.

O deputado Padre José Martiniano de Alencar (Ceará) "[...] diz que não se pode duvidar que é grande o atrasamento em que nos achamos a respeito de educação e que é preciso aplicar-se meios de a promover. Em 1826 um Decreto institui quatro graus de instrução: Pedagogias (escolas primárias), Liceus, Ginásios e Academias. No que se refere à educação pública nas primeiras décadas do Império." (in MOACYR, 1936, p. 91).

Com a reforma, criou-se escolas de ensino primário e o Instituto Imperial do Brasil, sendo a regulamentação sobre o ensino reforçada.

2.5 Período da Primeira República (1889 - 1929)

Segundo Costa (1999), a monarquia brasileira estava numa situação de crise, pois seu modelo governamental não mais correspondia aos anseios sociais. Nesse contexto, houve a reforma educacional de Benjamin Constant que objetivava implantar a gratuidade no ensino primário, visando o ingresso de mais alunos nos cursos superiores, diminuir a porcentagem de analfabetos no Brasil que era de 75%, ainda assim a sociedade, que ainda era majoritariamente rural, tinha suas atividades econômicas, em sua grande parte, continuavam sem grandes exigências de ampliação do saber educativo. Dessa forma, o cenário educacional do Brasil não se alterou significativamente.

Apesar da inexistente vontade de levar educação para o povo, havia a necessidade de qualificar indivíduos para atender à demanda, tanto no setor público quanto no privado. Essa situação colaborou para a ampliação da educação secundária e da superior, ambas vistas como prioridade pelas classes dirigentes (GHIRALDELLI, 2008).

2.6 Período da Segunda República (1930 - 1936)

As mudanças ocorridas com a crise econômica mundial de 1929 repercutiram diretamente no Brasil. Com isso, o governo cessou o fornecimento de subsídios que impulsionava a produtividade rural. Diante dessa nova realidade exigiu-se uma qualificação na mão-de-obra de trabalho e para isso era necessário investir na educação. Nesse contexto, durante a Revolução de 1930 foi criado o Ministério da Educação e Saúde Pública e, em 1931, o governo interino aprovou decretos nos quais sistematiza a educação secundária e superior (COTRIM, 2005).

Nessa perspectiva, a visão política da época voltava-se para o ensinamento de trabalhos manuais nas escolas normais, primárias e secundárias. Além disso, os trabalhos que exigiam maior conhecimento intelectual eram direcionados e favoreciam a classe dominante. Segundo Guiraldelli (2008), a tríplice vertente pedagógica (pedagogia tradicional, a pedagogia nova e a pedagogia libertária) podia estar associada a três diferentes setores sociais.

Dentre esses setores, a pedagogia tradicional associa-se às oligarquias dirigentes e à Igreja, sendo caracterizada pela transmissão do conhecimento acumulado ao longo do tempo pelo educador. Para Aranha (2005), a missão do professor era catequética e unificadora da escola com programas selecionados e rígidos, de caráter sacramental.

A pedagogia nova surge em contraposição à educação convencional. Nesta metodologia, o professor é o condutor deste processo. Era comum encontrar, nas escolas que adotaram esta corrente pedagógica, o educador transitando entre alunos que atuam sozinhos ou em grupo (GUIRALDELLI, 2001).

Na visão de Aranha (2005), a pedagogia nova pretendia apresentar modernos caminhos para a educação, harmonizando o método aplicado no Brasil com o que já vinha sendo realizado em outros países. Porém, a pedagogia libertária voltava-se para os movimentos sociais populares, com enfoque na transformação social. Assim, em 1932, ocorreu o Manifesto dos Pioneiros da Educação, cuja finalidade foi conscientizar a população em relação à educação no Brasil. Nessa perspectiva, foram tratados diversos assuntos pertinentes à educação brasileira e proferido diversas críticas a respeito da sua condução. Entre os discursos fomentados estavam as reivindicações por um cuidado na formação dos professores, compreensão de que a educação é tão importante quanto à economia e que a escola tem o papel essencial na formação do cidadão.

2.7 Período do Estado Novo (1937 - 1945)

As práticas didático-pedagógicas ocorridas durante o Estado Novo voltavam-se para um pensamento de governo que considerava a sociedade como seres imaturos, inseguros e carentes de um guia para traçar-lhes as normas de conduta e de ação. Dessa forma, Getúlio Vargas e os intelectuais brasileiros, teriam a função de serem os porta-vozes dos anseios dessa população que aspirava por representação (FOUCAULT, 1998).

A educação divulgada na época tinha como destaque a propagação do regime militar e da política. Para Silva (1980), as imagens e os símbolos eram difundidos nas escolas com a finalidade de formar a consciência do cidadão. O novo regime assegurava criar o homem novo, a sociedade nova e o país novo. A história e as relações que ocorreram dentro do ambiente escolar no Estado Novo eram reflexos do que acontecia em um âmbito maior na sociedade.

Na concepção de Silva (1980), naquele época o ensino tinha como bases ideológicas a exaltação da nacionalidade, críticas ao liberalismo, ao comunismo e uma grande valorização da educação técnica. No passado, a educação no Brasil favorecia apenas os descendentes da burguesia. Agora, com o desenvolvimento das atividades urbanas, e consequentemente das atividades industriais, o trabalhador das fábricas começava a ganhar atenção, porque o processo de industrialização que iniciou, no ano de 1930, exigia grande quantidade de mão-de-obra qualificada.

Segundo Foucault (1998), a propensão fascista permitia nova concepção, que evidenciava o pré-vocacional e o profissional. Porém, em contra-partida propunha que a arte, a ciência e o ensino fossem livres à iniciativa individual ou à associação, tirando assim do estado o dever da educação. No entanto, a gratuidade e a obrigatoriedade do ensino primário foram mantidas. Em 2 de janeiro de 1942, por meio do Decreto-lei nº 4.048, foi criado o SENAI (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial) para ministrar os cursos de qualificação profissional e técnicos, de modo a suprir a necessidade de mão-de-obra no mercado industrial brasileiro.

2.8 Período da Nova República (1946 - 1963)

No período da Nova República, iniciado em 1946, destaca-se o controle dos empresários na criação do SENAC (Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial), para a formação dos profissionais que atuavam no comércio. Foi instituída a Lei Orgânica para o ensino primário que passou à competência da União, de Estados e Municípios. Foram criadas as regras para atribuição de cargos no magistério, assim como a formação e salário dos professores.

No ano de 1961, foi criada a LDB (Leis de Diretrizes e Bases para a Educação Nacional), provocando um grande avanço por determinar que a educação é um direito de todos. Nessa época, a industrialização avançava, ao passo que o campo passava por transformações, devido à modernidade da produção (capitalismo no campo), pela aplicação de novas técnicas de cultivo e especialmente pela introdução de máquinas. Devido à intensificação dessa modernização da produção rural, houve a migração da população rural para os centros urbanos. O êxodo rural no início da década de 1970 fez com que pela primeira vez a população urbana ultrapassasse a rural no Brasil (VELLOSO, 2010).

2.9 Período do Regime Militar (1964 - 1985)

O Regime Militar reproduz na educação o estilo antidemocrático de sua ideologia de governo: demissão de professores, que, junto com estudantes, foram presos e feridos confrontando a polícia, alguns até foram mortos; universidades foram invadidas; os estudantes foram calados e a União Nacional dos Estudantes (UNE) proibida de funcionar. Tudo em razão do Decreto-lei nº 477 que calou a voz de alunos e professores. Nesse período, não poderia ocorrer qualquer expressão popular que contrariasse os interesses do governo, nem os professores tinham voz ativa, pois eram silenciados pela violência física. O que o governo recomendava devia ser tido como verdade e não ser questionado (ROMANELLI, 2007).

2.10 Período da Abertura Política (1986 - 2003)

O processo de redemocratização do Brasil, a partir do fim da ditadura militar, também exerceu influência nos processos educacionais. Houve exclusão de disciplinas que eram afetas ao regime anterior e inclusão de outras que mais se adequavam ao advento da nova ordem política.

A década de 1980 foi marcada pelo avanço da ideia de que a educação deveria oferecer oportunidades iguais para todos. A discussão sobre expansão do número de vagas nas escolas, passou a também se concentrar na qualidade do ensino (GUSMÃO, 2010). Nesse contexto, foi promulgada a Constituição de 1988 que disciplinou a educação como um direito de todos e dever do Estado e da família, incentivada com a colaboração da sociedade, visando o desenvolvimento da pessoa e qualificação para o trabalho (art. 205).

Apesar desses avanços, as décadas de 1980 e 1990 foram marcadas pelo aumento da violência entre os jovens, o que acabou afetando o contexto escolar. O fim da repressão e a redemocratização do país estimularam os movimentos estudantis, fazendo com o aluno já não aceitasse pacificamente a autoridade dos professores em sala de aula.

O advento do Estatuto da Criança e do Adolescente, já no começo dos anos de 1990, apesar de dar maior proteção aos menores que eventualmente estivessem em

situação de risco, provocou a interpretação equivocada de primazia de direitos sem os correspondentes deveres para com as crianças e adolescentes (ABRAMOVAY, 2012).

3. CONCEITO HISTÓRICO DA VIOLÊNCIA

Como visto, a história da educação teve diversas fases desde a colonização do Brasil. No princípio, a educação era alicerçada em textos clássicos de grego e latim e direcionados pelos preceitos doutrinários da Igreja Católica, em que a conduta era de vigilância, rigorosidade, autoridade e disciplina, imputadas até mesmo por castigos físicos. Para os padres jesuítas, esses castigos físicos e palmadas faziam parte da boa educação, todavia isso chocou os nativos que não tinham costume de educar castigando (ARAÚJO; TOLEDO, 2008).

Embora a didática da palmatória e dos castigos fosse bem comum para os jesuítas, não foram bem aceitas pelos nativos, pois os mesmos tinham formas bem diferentes de educar. Conforme Priore *in* Longo (2002, p. 33), “o castigo físico não era nenhuma novidade no cotidiano colonial. Introduzido, no século XVI, pelos padres jesuítas, para horror dos indígenas [...]”.

Ao longo dos anos, em cada período da história da educação, destacam-se formas bem violentas de pedagogia. Essa agressão praticada pelos educadores foi aplicada por muitos séculos e, segundo alguns teóricos, era apoiada pelo Estado e pela família. Conforme Corti (2005), “[...] essas violências, legitimadas socialmente, eram estratégias educativas reconhecidas como necessárias. Isso significa dizer que a violência disciplinar tinha um papel social a cumprir”.

O autoritarismo era a base pedagógica em alguns pontos da história. Não se pode negar que os métodos educacionais trouxeram à disciplina rígida que era usada não só por agressões físicas, mas também por castigos morais e humilhações, tudo isso para manter a ordem objetivando a aprendizagem. Ninguém podia deixar de cumprir suas tarefas ou responder ao professor, pois era severamente punido, sofrendo humilhações ou castigos físicos. Além disso, o descaso e o desinteresse do poder público para com a educação também foram práticas comuns ao longo dos anos. Nesse contexto, a educação por muitas vezes gerava exclusão, que por sua vez dava ensejo a conflitos na luta por direitos no ambiente escolar.

A violência imposta por algumas escolas a seus alunos eram expressas de várias formas, tais como xingamentos e agressões físicas advindas de professores e equipe

técnico-pedagógica, em que "reguadas" e puxões de orelha eram condutas comuns. Essas práticas de ensino eram consideradas normais e acatadas pela maioria (MARRA, 2004).

Essa metodologia durou muitos períodos, e tem sido apontada como promotora de muitos prejuízos. Entre eles, destaca-se a influência na postura relacionada a professor-aluno, bem como na variabilidade do conceito de indisciplina e do que pode ser considerado "mau" comportamento.

A ideia de que a violência gera mais violência é vastamente confirmada pela constatação de que "conviver com a violência aumenta o risco de vir a exercer ou de converter-se numa vítima, especialmente quando a exposição se produz em momentos de especial vulnerabilidade como a infância e a adolescência" (DIAZ-AGUADO, 1996b, p. 59).

Observa-se que ao longo dos períodos citados acima, desde o Período Jesuítico (1549 - 1759) até meados do Período do Regime Militar (1964 - 1985), não houve mudanças significativas na didática educacional. A educação passou por várias fases, mas a postura da escola continuava a mesma imposta pelos jesuítas.

A partir da década de 1980 algumas mudanças começaram a ocorrer, com a redemocratização social, tornando a escola um lugar igualitário, onde convivem diversos grupos e camadas sociais. Todavia, nessa época houve aumento significativo na violência dos grandes centros urbanos, com formação de gangues de adolescentes que, no princípio se limitaram a influência fora da escola, mas que logo invadiram o espaço escolar, trazendo violência para alunos e profissionais.

O motivo pelo qual os jovens... aderem às gangues é a busca de respostas para suas necessidades humanas básicas, como o sentimento de pertencimento, uma maior identidade, auto-estima e proteção, e a gangue parece ser uma solução para os seus problemas a curto prazo (ABRAMOVAY et al, 1999, p. 27).

As mudanças ocorridas nessa década refletem a intolerância da sociedade em resposta as grandes opressões sofridas. Ao longo dos anos pode-se considerar que a sociedade estava em busca de uma educação embasada no respeito, na tolerância, no compartilhar conhecimentos, no reconhecimento da dignidade humana, na valorização e reconhecimento dos direitos humanos.

Um conceito básico de violência em geral é apresentado por Chauí (2003, p. 308), que afirma: “em nossa cultura, a violência é entendida como violação da integridade física e psíquica de alguém, da sua dignidade humana”.

Em meio a esses conflitos, o poder público sentiu-se pressionado a regulamentar os direitos e deveres das crianças e adolescentes, em resposta às impunidades ocasionadas ao longo dos anos. Os modelos de educação com punições foram então legalmente extintos com a vigência do Estatuto da Criança e do Adolescente (1990), que disciplina os direitos fundamentais dos menores de idade, proibindo todas as formas de constrangimento (MIRANDA, 2005).

A Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Dentre seus artigos destaca-se no seu art. 1º a proteção integral da criança e do adolescente. O reconhecimento dos direitos dos menores foi um grande avanço em busca dos direitos outrora negligenciados. Todavia, a educação tradicional aparenta continuar arraigada, em algumas instituições, a métodos opressores introduzidos pelos jesuítas.

É certo que houve uma mudança na dinâmica das relações de poder, principalmente nas formas de sua identificação, antes baseada na tradição que sustentava a autoridade pela autoridade. O questionamento desse reconhecimento apresenta-se, muitas vezes, na forma de um problema recorrente no cotidiano escolar, que é a negação da ordem interna por parte dos estudantes, sob forma de incividades e comportamentos de rejeição (ABRAMOVAY; RUA, 2004, p. 74).

Apesar da criação o Estatuto, os direitos e deveres das crianças e adolescentes continuam sendo violados por parte de alguns adultos e até mesmo distorcidos pelas próprias crianças e jovens, que algumas vezes apresentam entendimento equivocado de seus direitos, ou ainda, destacam apenas os direitos sem atenção adequada aos deveres.

No dicionário Aurélio, violência é definida como “estado daquilo que é violento, ato violento, veemência, irascibilidade, abuso da força, tirania; opressão, constrangimento exercido sobre alguma pessoa para obrigá-la a fazer um ato qualquer; coação” (FERREIRA, 2016).

Segundo o Conselho Nacional de Justiça, a Lei nº 11.340/2006, conhecida como "Lei Maria da Penha", que disciplinou a vedação às várias formas de violência doméstica e familiar contra a mulher, pode ser analogicamente aplicada ao contexto da violência escolar, vez que seu art. 7º conceitua os vários tipos de abusos. A violência à

integridade física de uma pessoa. A violência institucional, tipo de violência motivada por desigualdades (de gênero, étnico-raciais, econômicas etc.) predominantes em diferentes sociedades, ocorrem em distintas organizações, particulares e públicas, assim como nos diferentes grupos que constituem a sociedades. A violência moral, por sua vez, é a ação destinada a caluniar, difamar ou injuriar a honra ou a reputação. E a violência psicológica, que é a ação ou omissão destinada a degradar ou controlar as ações, comportamentos, crenças e decisões de outra pessoa por meio de intimidação, manipulação, ameaça direta ou indireta, humilhação, isolamento ou qualquer outra conduta que implique prejuízo à saúde psicológica, à autodeterminação ou ao desenvolvimento pessoal (CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, 2016).

Uma das causas apontadas por Candau (1999) como provocadora do aumento da violência é o crescimento vertiginoso da população urbana, que causou problemas estruturais e socioculturais gerando uma desestrutura familiar, ausência de valores morais, éticos, religiosos, dentre outros.

A população que migrou para os grandes centros urbanos em busca de emprego e qualidade de vida não recebeu estrutura social básica de qualidade (saúde, educação, moradia etc.) para viver com dignidade, gerando grandes desigualdades sociais. Segundo Toledo (2005, p. 11), “o país cresceu economicamente – com a consolidação do capitalismo industrial – mas não resolveu em profundidade suas graves e históricas desigualdades sociais e regionais”.

No marco de uma ampla demanda de segurança por parte dos moradores das periferias dos centros urbanos que o fenômeno da violência nos estabelecimentos escolares torna-se visível e passa a acompanhar a rotina do sistema de ensino público no Brasil, desde o início dos anos 1980 (SPOSITO 2001, p. 90).

Como visto, a violência escolar acompanha a história da educação desde o início e evidenciou-se ainda mais no início dos anos de 1980. Atualmente, os dados são alarmantes, devido ao aumento de tantos fatores externos, tais como desigualdade social, desestrutura familiar, preconceitos de toda espécie (racial, de gênero, religioso, etc.) e tantos outros que fazem parte do cotidiano escolar. Isso se dá porque o espaço escolar está ligado ao social e reflete o contexto vivido por muitos, bem como tantos outros espaços de convivência onde surgem as ações correspondentes ao entendimento conjunto.

Com tantas mudanças e disparidades sobre as causas da violência e os regulamentos que estão se tornando cada vez mais obsoletos, a escola atual não é mais um lugar onde as regras são observadas sem questionamentos, tornando-se cada vez mais frágeis e conflitantes as relações existentes entre seus atores. A educação não é mais a mesma, nem os sujeitos que fazem parte dela.

Medidas restritivas e punitivas parecem ter perdido sua eficácia, colocando discentes, docentes e gestores em situação de insegurança e impotência face à inoperância dos recursos previstos para a diluição dos comportamentos agressivos na escola. O questionamento da autoridade da coordenação e dos docentes provoca deslocamentos de certezas quanto aos conteúdos normativos e aponta para temas candentes na contemporaneidade, como a crise de autoridade nas instituições (FANFANI, 2000, p. 11).

O enfrentamento da violência traz reflexões profundas em busca de respostas e soluções. Em vista dessa emergente situação que configura um dos grandes desafios da educação brasileira na atualidade, alguns autores que conceituam o fenômeno da violência nas escolas, acreditam que o papel principal da escola é a construção de conhecimentos que contribuam para formação do cidadão. Para Abramovay (2012), a escola é também fator principal para a concretização da prática e da consciência sobre os direitos humanos, assim como o desenvolvimento da autonomia, da capacidade crítica, em busca da emancipação e da formação de identidade.

Embora a violência tenha muitas causas, para Colombier (1989), as questões mais acentuadas são as familiares e os fundamentos socioeconômicos que influenciam o comportamento. Já Candau (2000) enfatiza que a violência escolar está relacionada aos problemas sociais, tais como: desemprego, corrupção, exclusão, miséria, concentração de renda e poder, autoritarismo, desigualdades etc., alcançando dimensões estruturais e culturais. Mas acrescenta que a questão da violência não inclui apenas fatores externos, contudo também está relacionado à própria dinâmica escolar, pois a escola também pode produzir violência.

Dentro dessa nova visão educacional, a escola precisa inovar sua dinâmica de trabalho em busca de atender esse público mais exigente, mais informado, que questiona normas e regras. Isso exige um modelo pedagógico mais aberto ao diálogo, que compartilhe e discuta ideias, pois a sociedade mudou seus conceitos e modo de vida, e a escola precisa acompanhar os passos dessa mudança.

Inúmeras pesquisas têm mostrado que, muitas vezes existe uma grande distância entre a cultura escolar e a cultura social, [...] podendo esse fato ser também fonte de violência, violência simbólica [...] presente nas práticas especificamente escolares, como modo de conceber a avaliação e a disciplina (Caundau, 2000, p. 142).

Candau (2000) ativa a questão voltada à dinâmica escolar. Colombier (1989) realça a dinâmica familiar, ambas geradoras e transmissoras de conhecimento que contribui para a formação do cidadão.

Não obstante descontínuas, são essas as principais instâncias socializadoras na vida de crianças, adolescentes e jovens, particularidade que deve ser compartilhada no estabelecimento de uma responsabilização recíproca em prol da educação (Abramovay, 2012, p. 32).

Contudo, Abramovay (2012) analisa as relações existentes entre as instituições escolares e os familiares, e como melhorar essas relações conflituosas. Em busca de amenizar a violência de modo geral, é necessária a participação dos diversos sujeitos da instituição: estudante, professor, gestor, funcionário de apoio e as famílias.

O professor não é mais o detentor do saber, o centro único da sala, aquele que tem autoridade. De acordo com Colombier (1999, p. 87), "diante de classes cada vez mais difíceis, a autoridade está cada vez mais ameaçada, às vezes até anulada. Aqueles que apesar de tudo conseguem mantê-la, mesmo assim não estão satisfeitos". Resta saber que tipo de autoridade é essa. Num contexto cheio de mudanças, é necessário que a autoridade em sala de aula seja repensada. Atualmente, a relação se dá de forma diferente da que havia no passado, não mais com castigos aplicados e promoção do medo para alcançar o respeito.

A instituição escolar tem perdido seu referencial, pois ela não atualizou seus métodos e não incorporou um currículo inovador que dinamize a escola e a didática dos professores. Isso apenas aumenta a instabilidade e a insegurança da escola.

Existem vários pressupostos e tentativas de solução, mas o que se pode dizer, num primeiro momento, é que a partir do instante em que o professor deixa de tentar dominar a situação e leva em conta à realidade e toda a dificuldade nela inserida, cheia de contradições, é que será possível realizar proposições e elaborações, e assim, a escola passará a representar um outro papel que não será mais o de esperar o futuro e sim o lugar no qual se vive o presente, através da vida e trocas que ele proporciona (Colombier, 1989, p. 85).

Para Abramovay (2012), é preciso considerar, todos os autores que estão envolvidos na dinâmica escolar: família, estudantes, gestores, professores, funcionários e a sociedade como um todo. Entendendo essa complexidade de relações, torna-se mais fácil auxiliar os processos sociais, percebendo que as práticas, inclusive a violência, envolve todos os atores. Ensinar os jovens a reconhecer o outro como sujeito de direito e respeito é imprescindível nesse processo.

Na escola, algo que também chama a atenção é a instabilidade no relacionamento entre os alunos. A escola é um local de socialização, onde a experiência diária e a aproximação com diferentes grupos deveriam criar grandes vínculos afetivos. Todavia, o que se vê na maioria das vezes é a formação de grupos fechados, daí iniciando a exclusão de pessoas, acentuando-se diferenças e conflitos. A fronteira entre coleguismo e antipatia é tênue e a distinção entre amizade e inimizade é bem marcada.

A reprovação e o desafeto de alguns dos grupos de adolescentes em relação a seus colegas põem limites entre eles, tornando-os mais críticos com seus próprios amigos do que com a escola e repetindo, com isso, o discurso do coletivo que geralmente é baseado em estereótipos sobre as diversas juventudes (ABRAMOVAY, 2012).

São muitas as agressões que alunos cometem entre si. A causa para muitos transtornos é o *bullying*, que entre outras coisas causa na vítima problemas físicos e psicológicos, passando a evitar alguns lugares da escola ou mesmo deixando totalmente de frequentar a sala de aula. Isso causa um comprometimento no rendimento escolar, o aluno perde o interesse pelos estudos e pelo aprendizado, com prejuízos para a autoestima. Nos casos mais extremos, a vítima de *bullying* reage também com violência contra o seu algoz, num ciclo de agressões (ALVES; CUBA, 2006).

A frequência de casos de bullying sem nenhum tipo de intervenção traz sérias consequências, pois favorece comportamentos antissociais e de não aceitação ou quebra de regras que podem se estender para a vida adulta. As consequências negativas existem tanto para agressores quanto para as vítimas (ALVES; CUBA, 2006, p. 184).

Para Martins (2005), o *bullying* foi considerado por muitos anos como uma “fase de brincadeiras”, “coisa de jovens”. Porém, as muitas sequelas causadas por esse fenômeno mostram que se trata de uma violência provocadora de diversos danos. Esse mal penetra nas escolas de forma dissimulada e insidiosa, provocando traumas e

bloqueios emocionais, interferindo especialmente no desenvolvimento socioeducacional dos alunos.

O bullying é um conjunto de atitudes agressivas, intencionais e repetitivas que ocorrem sem motivação evidente, adotado por um ou mais alunos contra outro(s), causando dor, angústia e sofrimento. Insultos, intimidações, apelidos cruéis, gozações que magoam profundamente, acusações injustas, atuação de grupos que hostilizam, ridicularizam e infernizam a vida de outros alunos levando-os à exclusão, além de danos físicos, morais e materiais (FANTE, 2005, p. 28 e 29)

Ainda existem muitas formas de expressão da violência (verbal ou física), porém a questão é que os educandos que vivenciam essas situações não estão em um ambiente que transmita paz e contentamento, tanto em suas relações com os colegas como também em relação à didática escolar que lhes é proporcionada.

Outro aspecto influenciador da violência escolar é a localização das escolas, pois “as condições de vida, moradia, saúde, trabalho etc. podem ser fortes condicionantes de tal problemática, aliados ao estresse das grandes cidades e aos conflitos da dinâmica familiar” (CANDAU, 2000, p. 147).

Para alguns autores, as causas relacionadas ao território geográfico, como escolas que se encontram perto de favelas e que sofrem com o tráfico de drogas e o crime, tornam o ambiente escolar refém da violência e seus alunos vítimas ou agressores. Nesse sentido, a violência ocorrida na escola reflete parte do ambiente externo em que as escolas se encontram (COLOMBIER, 1989).

As condições precárias de moradia também estão entre pontos apontados como grandes promotores de violência em uma sociedade, visto que, as comunidades carentes (especialmente nas grandes cidades) são predispostas à formação de gangues, envolvimento com tráfico de drogas e crimes em geral. Nesse contexto, as escolas próximas a essas comunidades tornam-se ambientes inseguros, acolhendo grupos de crianças envolvidas na problemática social, direta ou indiretamente. Trabalhar em escolas próximas a essas comunidades assusta o corpo docente, que se sente inseguro a maior parte do tempo.

Candau (2000) afirma que quando uma comunidade possui um grande aumento de violência, espanta o colegiado que vem de fora, de outros lugares. Dificultando chegar, entrar na escola, permanecer e sair dela. Para a referida autora (2000, p. 6), “muitas vezes, tais ocorrências associadas às agressões [...] às escolas, provocam medo, sentimento de impotência e angústia nos (as) educadores (as)”. Além disso, alguns atos

de violência tornam-se banais e corriqueiros em nessas localidades, fator preocupante para todo Colegiado, a cultura da violência que vem invadindo a sociedade, favorece todo tipo de banalização e naturalização das diversas formas de violência.

Outro ponto preocupante é a cultura da violência que vem invadindo a sociedade, favorecendo todo tipo de banalização e naturalização das diversas formas de violência. Além disso, há a participação da família, que tem contribuído para o aumento da violência. Esta triste realidade está muito mais presente no cotidiano das crianças do que, em geral, se crê, sendo fruto de muitas variáveis (CANDAU, 2000, p. 147).

A família, atualmente, devido às mudanças nos modelos tradicionais de constituição em suas disposições íntimas, incluem outros padrões tais como: família ampla, “família remanejada”, monoparental, composta por pessoas do mesmo sexo, entre outros. Para alguns educadores, essas mudanças tornam os “alunos problemáticos”. Contudo, é importante destacar que, a constituição familiar não é necessariamente fator determinante para a existência da violência. Muito se vê nas famílias seguidoras do padrão familiar tradicional várias ações de violência, desde a mais tenra idade das crianças.

Outro fator desencadeante, por vezes apontado, é o envolvimento com drogas por algum membro da família. Essa “desestruturação familiar” pode defrontar comportamentos de violência em todas as esferas da vida, individual, comunitária, familiar e grupal (ABRAMOVAY, 2012). Nesse contexto, promover a educação em direitos humanos na escola é de fundamental importância.

A finalidade da Educação em Direitos Humanos é a transformação social e se efetiva por meio de processos educativos que levem à construção de uma cultura de respeito aos direitos humanos e, desse modo, contribuam para o enfrentamento da violência. Garantir a Educação em Direitos Humanos é assegurar o aprendizado para a convivência baseada em práticas democráticas e em atitudes de respeito aos direitos fundamentais e de não discriminação (Abramovay 2012 pag, 72-73).

Verifica-se que as causas que influenciam a violência escolar são bem abrangentes e necessitam ser trabalhadas pelos diferentes atores na dinâmica social, escolar, individual, e familiar, abrangendo todos os aspectos da vida, pois “somente assim acreditamos ser possível construir uma sociabilidade que tenha seu fundamento, na afirmação cotidiana da dignidade de toda pessoa humana” (CANDAU, 2000, p. 156).

4. PERCURSO METODOLÓGICO

A metodologia do trabalho científico consiste nos passos mais importantes a serem tomados dentro de um projeto de pesquisa acadêmico, pois direcionam os métodos e técnicas da pesquisa acadêmica.

A presente pesquisa resume-se num estudo planejado, com objetivo de encontrar respostas à problemática em questão, averiguando como a escola tem enfrentado a violência dentro do espaço educacional, buscando entender por meio de questionário o que os professores pensam sobre a temática e quais as ações que estão sendo promovidas no seu dia a dia.

Gil (2007, p. 01), define pesquisa como "o (...) procedimento racional e sistemático que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas que são propostos". A pesquisa desenvolve-se por procedimentos e técnicas de investigação compostos de várias fases, desde a adequada formulação do problema até a exposição e discussão dos resultados.

A ciência exige que se busque na construção de projetos o conhecimento científico, tal conhecimento exige a emprego de métodos, processos, técnicas especiais para análise, compreensão e intervenção na realidade. Assim, é necessária a compilação de dados e da metodologia, documentados de modo a serem avaliados pela comunidade científica, podendo os resultados verificados serem replicados por outros pesquisadores (BRENNAND, 2009).

Segundo Bachelard (1997), a ciência é um diálogo ativo entre a razão e a experiência no qual os fatos científicos acabam por ser tanto uma criação da mente racional como uma das suas descobertas, que utiliza metodologia sistemática cuja finalidade é conhecer, interpretar e intervir na realidade. Segundo José filho (2006, p. 64), "o ato de pesquisar traz em si a necessidade do diálogo com a realidade a qual se pretende investigar e com o diferente, um diálogo dotado de crítica, canalizador de momentos criativos".

A pesquisa escolhida para ser utilizada nesse projeto foi a qualitativa com o método de pesquisa de campo. Esse tipo de abordagem visa não só observar os fenômenos que ocorrem concretamente, mas coletar dados, analisá-los e interpretá-los, com a finalidade de compreender e explicar os problemas pesquisados baseado em

fundamentação teórica consistente. Esse tipo de pesquisa permite obter dados direto da realidade.

Segundo Fonseca (2002), caracteriza-se como pesquisa de campo as buscas em que, além da pesquisa bibliográfica e/ou documental faz-se a realização de coleta de dados junto a pessoas e outros recursos de diferentes tipos de análise.

Esse tipo de pesquisa utiliza a investigação como ferramenta, proporcionando ainda um contato direto com as pessoas. Como afirma Engel e Silveira (2009, p. 37), "a pesquisa de campo caracteriza-se pelas investigações em que, além da pesquisa bibliográfica e/ou documental, se realiza coleta de dados junto a pessoas, com o recurso de diferentes tipos de pesquisa (pesquisa ex-post-facto, pesquisa-ação, pesquisa participante etc.)".

A pesquisa bibliográfica tem grande relevância nos projetos acadêmicos e é pautada tradicionalmente com base em materiais impressos já publicados, como livros, revistas, jornais, teses, dissertações etc. Para Engel e Silveira (2009), a pesquisa bibliográfica é considerada a mãe de toda pesquisa, baseiando-se em fontes documentais obtidas a partir de fontes escritas, impressas em editoras, comercializadas em livrarias e classificadas em bibliotecas.

Já a pesquisa exploratória é empregada para fazer um estudo preliminar. Ela busca uma familiarização com o assunto a ser investigado e proporcionar maior familiaridade com o problema. Pode envolver levantamento bibliográfico, entrevistas com pessoas experientes no problema pesquisado. Geralmente, assume a forma de pesquisa bibliográfica e estudo de caso (GIL, 2007).

Para Cervo e Bervian (2002), a pesquisa exploratória estabelece critérios, métodos e técnicas que formulam a pesquisa, visando proporcionar dados sobre o objeto desta e orientar a formulação de hipóteses.

Segundo Gonçalves (2014), a pesquisa exploratória tem por objetivo o descobrimento, o achado, a esclarecimento de fenômenos ou a explicação daqueles que não eram aceitos apesar de manifestos.

4.1 Sujeitos da Pesquisa

Os sujeitos pesquisados nesse projeto são quatro professoras do 4º ano do ensino fundamental, das escolas: E.M.E.F.O.R.C. e E.M.E.F.A., no bairro dos Bancários, Município de João Pessoa-PB. Esse número se dá por ter sido escolhido professores que trabalham com o 4º ano, delimitando o foco da pesquisa para um melhor apanhado dos resultados e ainda, por ter sido esse o enfoque do estágio, de modo a complementar um estudo já iniciado.

As professoras que responderam o questionário (APÊNDICE A) têm licenciatura plena em pedagogia, atuam na área há muitos anos e têm muita experiência. Na escola E.M.E.F. O.R.C., a professora do 4º ano "A" tem 41 anos de idade, é pós-graduada em psicopedagogia, tem 18 anos de serviço na educação, sendo 6 anos no ensino básico. A professora do 4º ano "B", da mesma escola, tem 49 anos de idade, 30 anos de serviço na educação, todos eles no ensino básico. A professora do 4º ano "A" tem 34 anos de idade, é pós-graduada em psicopedagogia, tem 15 anos de serviço na educação, todos eles no ensino básico e ensina na escola E.M.E.F.A. A professora do 4º ano "B" dessa mesma escola tem 37 anos de idade, 10 anos de pesquisa e doutorado em educação, com 16 anos de serviço, sendo 4 anos na educação básica. Todas as professoras relataram já ter vivenciado muitos conflitos ao longo de suas jornadas de trabalho e destacam que a cada ano esses conflitos aumentam.

4.2 Instrumentos e procedimento metodológico

Para a coleta de dados foi utilizada por meio da observação e da aplicação de um questionário. As professoras foram bastante solícitas e responderam as perguntas em seus horários de intervalo. Na escola E.M.E.F.O.R.C. a gestora pediu detalhamento da pesquisa, analisou todo o questionário, direcionou para a equipe pedagógica e liberou a realização da pesquisa.

Segundo Gil (1999, p. 114), o questionário na pesquisa é “um conjunto de questões que são respondidas pelo sujeito pesquisado”. Este é de suma importância na coleta de dados, pois por meio deste foi possível obter informações. Segundo o mesmo autor, as vantagens do questionário, em relação a outras técnicas, são:

- Possibilita atingir grande número de pessoas, mesmo que estejam dispersas numa área geográfica muito extensa, já que o questionário pode ser enviado pelo correio;

- Implica menores gastos com pessoal, posto que o questionário não exige treinamento dos pesquisadores;
- Garante o anonimato das respostas;
- Permite que as pessoas o respondam no momento em que julgarem mais conveniente;
- Não expõe os pesquisadores à influência das opiniões e do aspecto pessoal do entrevistado.

Ainda segundo Gil (2007), questionário é o procedimento de averiguação que compõe um número relativamente elevado de questões apresentadas por escrito às pessoas, seu objetivo é o conhecimento de opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas, situações vivenciadas, entre outros.

De acordo com Parasuraman (1991), um questionário é definido como uma técnica de investigação social, um conjunto de questões, com propósito de gerar dados necessários para se alcançar os objetivos do projeto. O questionário é muito importante na pesquisa científica, especialmente nas ciências sociais.

Já no caso da observação, os sentidos do observador são utilizados por meio do “do ver” e do “ouvir”. Para Gil (2007), esse método assume a forma de observação participante, caracterizado pelo contato direto do pesquisador com o fenômeno estudado, com o fim de obter dados acerca da realidade vivenciada, tendo como pré-requisito sua presença constante no campo. Nesse contexto, o observador participante confronta-se com mais dificuldades para manter o foco.

O papel da observação em um projeto científico permite maior refinamento sobre o assunto em análise. Considerando o que diz Gil (2007), a observação, como técnica de pesquisa, pode assumir pelo menos três modalidades: espontânea, sistemática e participante. Dessas três a mais adequada para a presente pesquisa é a sistemática, pois permite ao pesquisador eleger quais aspectos do grupo são mais significativos para alcançar os objetivos.

A aplicação do questionário e a observação ocorreram no mês de setembro do ano de 2016, nas escolas citadas acima, em horário de aula. Ao término da coleta, todos

os dados adquiridos foram analisados para a elaboração do relatório final contendo o resultado das pesquisas.

4.3 Observações

As observações aconteceram de forma natural, sem planejamento, no período de oito dias, sendo quatro dias em cada escola, e dois dias em cada sala, nas turmas do 4º ano do ensino fundamental, que eram compostas entre 25 e 38 alunos por turma.

As salas analisadas eram relativamente grandes e os alunos sentados com as carteiras em fileiras uma atrás das outras. As escolas têm uma boa estrutura física, e um bom espaço para interação. O período em sala foi de 4 horas semanais.

4.4 Análise e interpretação dos dados

A análise dos resultados da pesquisa visou buscar nas respostas das professoras como a escola tem enfrentado a violência dentro do espaço educacional. Na busca de entender em que medida a escola tem enfrentado a questão da violência agindo e interagindo na prevenção e resolução dos problemas. As respostas foram estruturadas de modo a preservar a identidade das professoras. Portanto, as profissionais serão nomeadas a seguir como E-1, E-2, E-3 e E-4.

TABELA 1-Existe violência na sua escola? Caso afirmativo, quais tipos?

Para todas as profissionais, as respostas foram afirmativas, devendo destacar os tipos de violência que foram citados.

Sujeito	Resposta
E-1	“Verbal e não verbal”
E-2	“Brigas, ‘bullyng’, empurrões, agressão física e verbal e gritos”
E-3	“Física, verbal e psicológica”
E-4	“Verbal, física e simbólica”.

Fonte: dados da pesquisa (2016).

Para E-4, a forma de violência que é vivenciada na escola é a verbal, a qual é destacada como “muito recorrente” (sic), porém, a existência de agressão verbal esteve em todas as respostas dos entrevistados. Isso ressalta o que essa violência pode expressar, tendo origem, por vezes, numa desestruturação emocional a qual abrange todo sistema nervoso das crianças, a violência gera sofrimento, causa danos físicos e psicológicos, humilhação, desespero, desamparo, desesperança e anuncia a barbárie onde todos podem ser vítimas (LIMA, 2007).

Na escola E.M.E.F.O.R.C. foram frequentes os registros das ocorrências, que aconteciam, especialmente durante as aulas. Os alunos brigavam e discutiam por tudo, discutiam por causa dos assentos, por causa de apelidos, provocações e tomada de materiais e objetos uns dos outros, gritavam e empurravam o colega porque estava atrapalhando sua visão do quadro etc.

Em muitos momentos partiam para agressão física tais como: pegar o lápis para agredir o colega, jogar bolinhas de papel, gritarias e incentivo às agressões, esses conflitos terminavam sempre em revolta e muitas vezes em choro. Os conflitos ocorriam com mais frequência durante o recreio, os alunos usavam o pátio para jogar bola, e algumas vezes, o jogo só trazia conflitos, pois eles xingavam, empurravam. Além disso, geralmente ocorriam acidentes, como a bola bater em outra criança que não estava brincando, também ocorriam *bullying* e exclusão de alguns grupos. A equipe técnica intervinha em casos mais graves. As crianças envolvidas eram convocadas a irem para coordenação, eram ouvidas e participavam de conversas reflexivas.

Fica claro que a violência praticada na escola é bem recorrente. Os atos violentos podem refletir o meio em que as crianças estão inseridas ou a forma de defesa que elas estão acostumadas a praticar. Conforme Colombier (1989, p. 139), “da violência praticada ou sofrida, ela se torna violência falada e integrada, repartida nos escritos e atividades múltiplas”.

Os atos de violência nas escolas podem vir a se tornar fatos banais, nos quais os alunos e professores já estão bem familiarizados, pois a falta de respeito para com o professor e entre os próprios alunos são constantes.

TABELA 2- Em sua opinião, quais são os possíveis fatores que desencadeia essa violência?

Sujeito	Resposta
E-1	“Falta de educação, afirmação do seu espaço quanto indivíduo.”
E-2	“Acompanhamento, falta de estrutura familiar, questão financeira, horário de trabalho dos pais (dia todo).”
E-3	“Em muitas situações, a criança, por sofrer violência fora e até mesmo dentro do contexto escolar, torna-se violenta, acreditando ser um meio de defesa.”
E-4	“Pobreza extrema (péssimas condições de vida: moradia, higiene, formação, ambiente insalubre).”

Fonte: dados da pesquisa (2016).

Sendo a violência um tema abrangente, que tem causas e motivações diversas, manifestando-se de várias maneiras, fica claro a necessidade de se identificar a origem da violência. As respostas diferem umas das outras e cada uma reflete a realidade do docente em sala de aula. Observa-se que as crianças transmitem motivações diferentes para praticarem violência,

(...) Na escola, descarregam todas as suas tensões, apresentando-se como alunos insubordinados e perturbadores da ordem. São revoltados, tanto na escola como em outros lugares. Esta insegurança reflete-se na aprendizagem e no seu desempenho escolar (Dunn, 1985, p.187).

Algumas situações vivenciadas na escola podem estar relacionadas a fatores desencadeantes da violência, dois quais podemos citar: criança estressada, devido os colegas rirem de seu biótipo ou peso (obesidade ou magreza); um grupo de crianças excluídas, afastadas, talvez por medo ou vergonha; aqueles que estão sempre a proferir brincadeiras desagradáveis, dentre outros. Colombier (1989) chama a atenção para algumas possíveis causas da violência na escola e destaca a situação socioeconômica e familiar. Nesse contexto, a violência começaria no ambiente familiar, com a ausência de limites, pouca ou nenhuma referência, além da desestrutura familiar; no que diz respeito às causas socioeconômicas destaca a exclusão social, falta de oportunidades, além da discriminação.

A violência escolar, para alguns teóricos, seria um reflexo dos problemas vivenciados pelas crianças em seu ambiente externo, seja de causa familiar, social, econômica etc. Para Sposito (1998, p. 73), “a violência seria apenas a conduta mais visível de recurso ao conjunto de valores transmitidos pelo mundo adulto, representados simbólica e materialmente na instituição escolar, que não mais respondem ao seu universo de necessidades”.

Como observado nas visitas realizadas, a violência pode ser uma ação utilizada pelas crianças para alcançar objetivos diversos, ou simplesmente uma resposta às pressões vivenciadas. Nas escolas visitadas, nota-se uma grande diversidade das crianças em nível cultural, social, econômico, étnico racial etc. Porém, observa-se que os tipos de agressão apresentadas tem relação com o meio em que estão inseridas, algumas parecem bem carentes de afeição e da presença familiar, por essa razão extravasam suas carências com agressividade. Outras são mimadas e superprotegidas e querem conquistar as coisas com violência. E ainda há aquelas que sofrem algum tipo de exclusão e reagem com agressão. Enfim, muitos são os motivos e razões para essas atitudes, portanto, é preciso ter sensibilidade para cuidar de cada caso.

TABELA 3º- Em que medida a família atua nessas questões, principalmente quando seus filhos são vítimas ou agressores?

Sujeito	Resposta
E-1	“Alguns responsáveis procuram a escola quando os filhos são agredidos. A maioria dos pais vem quando solicitado por conta da agressão dos filhos.”
E-2	“A escola convida a família, conversa, tenta fazer o melhor possível.”
E-3	“Muitas instigam a própria violência dos filhos: ‘Se apanhar, bata!’”
E-4	“A família é vítima e ao mesmo tempo responsável pela propagação de atos violentos, pois elas (na maioria dos casos) tentam ‘combater’ a violência com atos e palavras agressivas.”

Fonte: dados da pesquisa (2016).

As respostas apontam que os pais das crianças agredidas geralmente comparecem. Não há registro do comparecimento dos pais dos agressores, mesmo a escola convocando os pais de ambos os lados. Além disso, as professoras relatam que o descaso dos pais é constante, eles não têm tempo para resolver problemas ocorridos na escola, deixam isso para a escola resolver. Ainda existe o fato de que alguns não sabem gerenciar os problemas, outros propagam/instigam a violência, mas em geral é interessante notar que os pais/responsáveis são bem alheios ao comportamento dos filhos na escola. Aparentam ter o entendimento de que a escola é totalmente responsável para formação e educação de seus filhos. Procuram não se envolver em seus conflitos escolares.

No curto espaço de tempo das observações realizadas nas escolas, apenas uma mãe esteve presente em uma das escolas para reclamar que seu filho tinha sido agredido, queria que a escola tomasse providência. No entanto, essa criança também tinha agredido o colega e no momento em que a mãe foi reclamar na escola não queria saber o que aconteceu, ela apenas cobrava que a escola punisse o agressor. Ao ser esclarecida do que houve, não ficou satisfeita em saber que a escola puniria todos os envolvidos (que incluía seu filho também), pois haviam brigado em um jogo de futebol na hora do intervalo. Na ocasião, o filho desta mãe que compareceu acabou machucando a boca e cortando o lábio.

A relação entre família e escola é, para diversos autores, definida como uma convivência complexa e, por vezes, assimétrica. Salienta-se que a interação entre os atores da escola e os familiares dos estudantes é permeada por conflitos de diferentes ordens, onde há distintos interesses e visões de mundo que, frequentemente, caminham em direções opostas Abramovay (2012, p. 32).

Para que as agressões sofridas ou ocasionadas pelas crianças possam ser mutuamente solucionadas, há necessidade de haver uma “relação de confiança” entre a família e a escola, uma verdadeira parceria é preciso ser criada. O documento para a UNESCO, da Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI (1996, p. 95) disciplina que "a família constitui o primeiro lugar de toda e qualquer educação e assegura, por isso, a ligação entre o afetivo e o cognitivo, assim como a transmissão dos valores e normas". Nesse sentido, os pais devem se unir à escola na luta contra a violência, procurando o melhor caminho para que seus filhos (assim como toda

comunidade escolar) possam resolver seus conflitos internos e externos, da melhor forma possível.

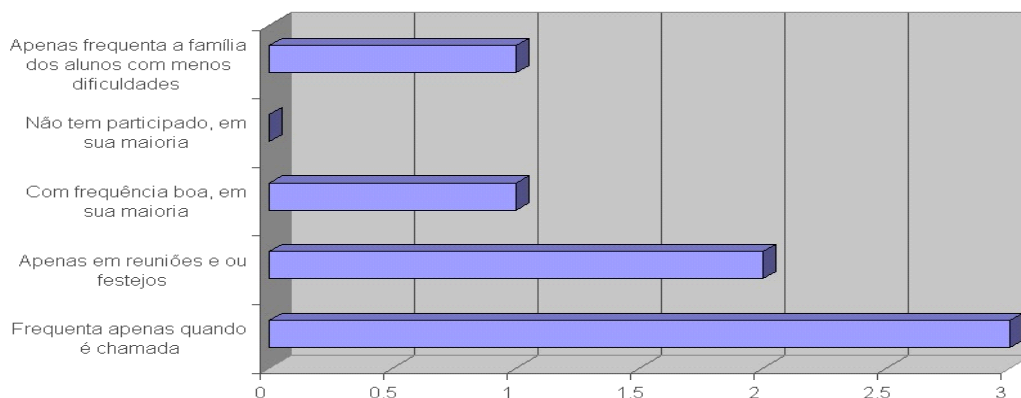
Assim como a escola deve comprometer-se em proporcionar maior aproximação dos pais/responsáveis nos processos escolares, promovendo ações que contribuam com essa parceria, além das palestras, conversas já existentes, deve ser desenvolvido projetos que possam sanar essas questões, e não apenas chamar os pais para reclamar dos casos ocorridos. Dessa forma, haverá uma junção de forças que irão contribuir para transformação de uma sociedade que prioriza o respeito, a justiça, a igualdade e a paz. Tendo isso em vista, entende-se que a escola e a família

Ambas são agências socializadoras que se sobrepõem nas funções educativas. A parceria entre elas é fundamental para que sejam superadas as incertezas e inseguranças sobre a identidade institucional e seus papéis. Portanto, escola e família têm que atuar em conjunto, para ressignificar a violência e a convivência (ABRAMOVAY, 2012, p. 75).

Assim como a escola deve comprometer-se em proporcionar maior aproximação dos pais/responsáveis nos processos escolares, promovendo ações que contribuam com essa parceria, além das palestras, conversas já existente, deve ser desenvolvido projetos que possam sanar essas questões, não chamar os pais apenas para reclamar dos casos ocorridos. Dessa forma, haverá uma junção de forças que irão contribuir para transformação de uma sociedade que prioriza o respeito, a justiça, a igualdade e a paz. Tendo isso em vista que,

GRÁFICO 1.

4º- Como tem sido a participação da família dentro do espaço escolar?



Fonte: dados da pesquisa (2016)

Observa-se no gráfico a realidade da frequência dos pais nas escolas, que em geral só vão à escola quando são chamados. Atualmente, parece que a realidade gira em torno de pais muito ocupados, cansados, estressados, apressados, deixando muitas vezes seus filhos sem direcionamento, sem referencial, nem limites. Os pais nem sempre querem ser confrontados ou cobrados, em razão dessa ausência. A família precisa participar mais ativamente da vida escolar de seu filho, pois “o desejo de saber e obter prazer pelo saber certamente está mediado em primeiro lugar pelos pais e, depois, mais tarde, pelos professores e pela escola. Um pode compensar o outro, ou até anular seus efeitos” (OUTEIRAL, 1994, p. 39).

Essa ausência deixa a educação unicamente a cargo da escola, onde o ideal é ter uma comunicação operante na relação escola-família tornando-a mais unificada.

A educação (recebida na família, na escola, e na sociedade de um modo geral) cumpre um papel primordial na constituição dos sujeitos. A atitude dos pais e suas práticas de criação e educação são aspectos que interferem no desenvolvimento individual e, conseqüentemente, influenciam o comportamento da criança na escola (VYGOTSKY, 1984, p.87).

A participação dos pais na vida escolar de seus filhos é fator primordial para um bom desempenho cognitivo. Pais que não participam dessa atividade, comprometem o desenvolvimento de seus filhos.

Embora a maioria dos pais tenha ciência do prejuízo causado pela ausência deles no desenvolvimento integral dos filhos, alguns apontam dificuldade para encontrar uma solução. Eles não têm como reverter o quadro, pois precisam trabalhar para garantir o sustento do lar. Diante desse impasse, qual seria a maneira adequada para solucionar essas dificuldades?

Contudo, a violência não necessariamente vem da ausência dos pais nas escolas. Por vezes os pais estão presentes na vida das crianças, mas não participam educando-as e ensinando-as o correto. Existe mesmo aqueles que praticam a violência dentro da própria casa e assim caminham por uma manutenção de comportamentos tidos como meros atos corretivos.

TABELA 4 - Caso a família não compareça ao ser chamada, o que é feito?

Sujeito	Resposta
E-1	“Faz-se várias tentativas. Se não resolver, o aluno é suspenso, só entrando em sala de aula mediante a presença de um responsável.”
E-2	“Direção e equipe técnica se encarregam de resolver.”
E-3	“Ele são acompanhados pela assistente social e psicóloga da escola, para conversas e dinâmicas.”
E-4	“Essas medidas independem do professor. Geralmente a direção e/ou equipe técnica é que tomam a frente.”

Fonte: dados da pesquisa (2016)

A omissão de alguns pais parece ter aumentado nos últimos anos. Algumas escolas buscam uma participação mais atuante dos pais, inteirando-os de qualquer problema que ocorre na escola com seus filhos. Muitas são as queixas dentre os educadores no sentido de que, apesar dos esforços, é grande a negligência dos pais e responsáveis, pois muitas vezes por irresponsabilidade em assumir seus papéis, trazem muitos prejuízos à criança, deixando-a sem direcionamento familiar. A escola perde o reforço necessário para auxiliar no desenvolvimento integral dos alunos. Isso ocorre por diversas causas tais como: por muitas cobranças profissionais, as famílias tendem a abandonar seu posto educativo, encarregando à escola dessa tarefa. Como bem diz Abramovay (2012, p. 34), “um dos mais recorrentes problemas na relação entre família e escola é a ausência dos familiares na educação de seus filhos, faltando-lhes regras e limites”.

O curto período de tempo passado nas escolas realizando a presente observação foi suficiente para vivenciar a ausência dos pais. Um dos exemplos de conflito que esse tipo de omissão pode causar foi relatado acima, nos comentários à questão 3. No mencionado caso, verificou-se que os pais dos dois garotos envolvidos na briga foram comunicados do ocorrido. A escola pediu o comparecimento de ambos, mas apenas uma mãe compareceu. Mesmo comparecendo, ela não queria conversar sobre o assunto, apenas cobrava da escola uma providência para resolver o problema da agressão ao seu

filho. Os responsáveis pelo outro aluno disseram por telefone que resolveriam o problema em casa.

Mesmo em conversas informais realizadas durante a observação, ficou claro que a ausência de alguns dos agentes no processo educacional compromete a qualidade do aprendizado, enfraquecendo o combate à violência, como também a resolução dos conflitos. Se os responsáveis pelos alunos fossem mais participativos na escola, seriam fortes aliados e parceiros para um bom desenvolvimento integral das crianças.

O artigo 22, do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), evidencia os deveres dos pais: “aos pais incumbe o dever de sustento, guarda e educação dos filhos menores, cabendo-lhes ainda, no interesse destes, a obrigação de cumprir e fazer cumprir as determinações judiciais”.

A qualidade do cotidiano escolar resulta da interação entre os atores desse espaço social e interfere decisivamente nos modos como são geridos os conflitos cotidianos (ABRAMOVAY, 2006). Embora essa relação seja essencial entre família e escola, e que muitos pais ainda estejam ausentes por diversos motivos citados anteriormente, a escola não tem desenvolvido programas ou projetos que ajudem no fortalecimento dessa relação, de forma efetiva. Na maioria das vezes os pais só são solicitados quando acontece algum conflito, o que torna essa relação muito limitada.

TABELA 5 - Existe algum acompanhamento externo por parte da escola em caso de aluno com violência frequente? De que tipo? Justifique.

Para todos os profissionais, as respostas foram negativas, devendo destacar os tipos que foram citados.

Sujeito	Resposta
E-1	Não citou nada.
E-2	“Em casos extremos o aluno será encaminhado ao Conselho Tutelar.”
E-3	Não citou nada.
E-4	“A direção e/ou equipe técnica é que tomam a frente.”

Fonte: dados da pesquisa (2016)

As respostas apontam que a escola não atua de forma externa, apenas, em casos extremos, encaminham ao Conselho Tutelar. As escolas não atuam externamente, apenas em ocasiões específicas debatem as questões relacionadas à violência, raramente fazem algum movimento público em combate à violência, conforme informado pela equipe técnica da escola.

Nesse sentido as ações concretizadas nas escolas para combater a violência tornam-se isoladas e pouco efetivas, suscitando uma crise na autoridade dos docentes, assim como prováveis prejuízos nas relações com a sociedade e na área escolar, comprometendo o processo de ensino-aprendizagem. Contudo, repensar esse entendimento de "autoridade" hoje em dia é essencial. Muitas vezes alguns professores ainda não percebem ou não aceitam que a metodologia mais adequada para agir dentro e fora de sala foi alterada ao longo dos anos, insistindo num padrão antigo de obediência arcaica.

A escola é considerada como instituição privilegiada para a formação de crianças, adolescentes e jovens, segundo uma perspectiva cidadã e democrática, na qual as relações que se estabelecem entre os sujeitos têm papel determinante. [...] a análise do fenômeno das violências nas escolas privilegia as relações sociais existentes dentro e fora do espaço escolar, considerando diferentes fatores – o ambiente físico, as regras de convivência, as especificidades dos distintos atores (ABRAMOVAY, 2012, p.15-16)

A impunidade abrange o exterior das escolas. Segundo Silva (2007, p. 02), “as muitas causas desta problemática podem ser: poucas referências morais, distorção de valores, motivos familiares (poucas regras, problemas no lar, dinâmica familiar comprometida, agressão doméstica etc.)”. A escola só pode atuar de forma efetiva dentro de seu ambiente educacional, segundo a LDB, em seu art. 12, “a escola deve prover meios para a recuperação dos alunos de menor rendimento; articular-se com as famílias e a comunidade, criando processos de integração da sociedade com a escola”. A escola, portanto, deve atuar na forma de conscientização e apoio familiar e social.

Apesar do empenho do serviço social e dos psicólogos na busca do envolvimento dos pais para solucionar os conflitos e demais situações preocupantes, a participação destes é muito pequena. Contudo, é necessário “estabelecer mecanismos de diálogo mais fluentes entre família e escola, de forma a criar ou fortalecer seus laços, facilitando a compreensão das dificuldades, limites e possibilidades de ação conjunta;

sensibilizar as famílias e as comunidades para a importância de sua colaboração para prevenir a violência” (ABRAMOVAY, 2012, p. 75).

TABELA 6-Existe algum projeto ou ação sendo tomada pela escola para prevenção e combate à agressão? Qual (ais) justifique.

Para todos os profissionais, as respostas foram afirmativas, devendo destacar os tipos que foram citados.

Sujeito	Resposta
E-1	“Tem a equipe de apoio pedagógico que promove um diálogo das partes envolvidas.”
E-2	“Em todas as atividades das disciplinas este trabalho é feito.”
E-3	“Na sala de aula, trabalhamos o projeto direitos violados.”
E-4	“Os professores trabalham em combate ao <i>bullying</i> aliados à equipe técnica e direção com apoio da família.”

Fonte: dados da pesquisa (2016)

As respostas apontam que as escolas estão trabalhando com seus alunos no combate e prevenção da violência. Essa atividade tem sido realizada de forma contínua em sala de aula na escola E.M.E.F. A. As professoras discutem o tema de forma interdisciplinar com os alunos, procuram conscientizá-los de seus direitos e deveres, assim como as consequências da violação desses direitos. No caso da escola E.M.E.F. O.R.C, as professoras também trabalham em sala de aula a temática, mas o enfoque maior é o *bullying*, por ser um dos tipos de agressão mais frequente nessa escola. Como instituição educacional a escola deve sempre articular projetos que combatam a violência de todas as espécies, pois um dos seus papéis é instruir o aluno para vida social.

O papel central da escola é mais difícil hoje, porque estamos em uma sociedade que caminha acentuadamente para o individualismo, que vive uma profunda crise de valores e a escola não pode se furtar de ensinar convivência, cooperação, solidariedade, generosidade, complacência, amizade, respeito mútuo, valorização do outro, etc. E não há didática para se ensinar valores; o aprendizado se dá na forma como o professor se mostra, na sua postura (DAVIS, 1997, p. 36).

Os projetos utilizados nas aulas estão inseridos no currículo, são debatidos temas relacionados ao assunto de modo interdisciplinar, na tentativa de conseguir manter a atenção dos alunos, diminuir ou cessar os conflitos. Os professores trabalham com diálogo, algumas vezes usam filmes, dinâmicas, jogos e brincadeiras. É preciso ir mais além, “o desafio maior está em transformar premissas, filosofias, concepções e resultados de pesquisas em medidas práticas que possam contribuir para a formulação de políticas públicas” (ABRAMOVAY; AVANCINI, 2006, p. 25), visto que as ações tomadas não têm sanado o problema, pois é preciso trabalhar em conjunto com os pais e a sociedade em geral.

Somente uma ação conjunta é capaz de combater/diminuir esses casos, onde cada um assuma sua posição no combate. Cabe destacar que “[...] as decisões centralizadas no diretor cedem lugar a um processo de resgate da efetiva função social da escola, através de um trabalho de construção coletiva entre todos os agentes da escola e, destes com a comunidade” (CARNEIRO, 2000, p.77).

TABELA 7- Em sua opinião, a violência tem prejudicado o processo de ensino-aprendizagem das crianças, de que forma? Justifique.

Para todos os profissionais, as respostas foram afirmativas, devendo destacar os tipos que foram citados.

Sujeito	Resposta
E-1	“Pois além de se machucarem, perde-se muito tempo em chamar atenção sobre isso, ao invés de focar nos estudos.”
E-2	“A violência prejudica demais em todas as atividades. Em minha sala, especificamente falando, sempre ocorrem esses atos e atrapalha a concentração e o conteúdo programático.”
E-3	“Provoca agitação, tristeza, baixo rendimento, atrapalha a aula e a concentração”.
E-4	“Temos que parar as aulas com recorrência para chamar a atenção ou para tomar providências em relação aos atos de

violência.”.

Fonte: dados da pesquisa (2016)

Diante das respostas, verifica-se que um dos maiores prejuízos causados pela violência na escola está ligada ao rendimento escolar. Além de atrapalhar os conteúdos programáticos como foi bem mencionado pelas professoras, o rendimento dos alunos fica comprometido, pois eles perdem o interesse pela escola, suas atividades são poucas rentáveis, comprometendo seu futuro educacional. Para Santos e Graminha (2005), a atuação da criança na escola precisa ser analisada levando em consideração além de suas características pessoais, seu ambiente familiar e escolar, pois tais fatores interagem entre si podendo ora facilitar, ora prejudicar o aluno, suas potencialidades e habilidades.

De fato as crianças perdem o interesse pelos conteúdos devido a diversas interrupções, diminuindo sua capacidade de concentração, o que provavelmente refletirá no rendimento escolar, o conteúdo programático é prejudicado, além disso, elas ficam emocionalmente instáveis. Conforme Içami Tiba (1996, p.17), “muitos alunos não respeitam seus professores, e essa indisciplina prejudica o ensino e a aprendizagem”.

Nas observações realizadas, percebe-se que o ambiente tem muita indisciplina, essa por sua vez prejudica a concentração e a aprendizagem. Segundo Aquino (1996, p. 40), a indisciplina é traduzida como “bagunça, tumulto, falta de limite, maus comportamentos, desrespeito às figuras de autoridade, etc.” e isso é algo bem comum nas salas de aulas observadas. Sendo assim o ambiente, a criança perde a aptidão para a aula, focando apenas nos dilemas ocorridos.

O desrespeito dos alunos em sala de aula preocupa as professoras, resultando em uma relação hostil e desgastante, diminuindo a cada dia a já reduzida participação dos alunos em sala de aula e aumentando a rejeição dos alunos indisciplinados em aceitar as regras instituídas. A desmotivação do professor e do aluno resulta num baixo aproveitamento e na dificuldade de absorver o conhecimento. Sendo assim, é urgente a necessidade de construir um ambiente favorável, motivando os alunos ao conhecimento, tornando-os pesquisadores que contribuam com o desenvolvimento do ensino e da aprendizagem.

A aprendizagem é o resultado da estimulação do ambiente sobre o indivíduo já maturo, que se expressa, diante de uma situação-problema, sob a forma de uma mudança de comportamento em função da experiência, [...] abrange os hábitos que formamos, os aspectos de nossa vida, e a assimilação dos valores

culturais. Enfim a aprendizagem se refere a aspectos funcionais e resulta de toda estimulação ambiental recebida pelo indivíduo no decorrer da vida (JOSÉ; COELHO, 1997, p. 11).

Nessa perspectiva, é solicitado do professor e da escola estratégias para reverter esse quadro, pois esses comportamentos indesejáveis precisam ser eliminados. Aqui se faz necessário ao professor oportunizar uma aprendizagem proativa, dinâmica, conquistando no seu espaço o respeito dos alunos. Uma autoridade conquistada pelo respeito e admiração, como afirma AQUINO (1999, p. 42), “[...] consegue estabelecer relações baseadas no diálogo, na confiança e nutrir uma afetividade que permite que os conflitos cotidianos da escola sejam solucionados de maneira democrática”.

Se para o aprendizado acontecer precisam ser considerados os aspectos integrais da criança, levando em maior consideração suas condições emocionais, os educadores devem planejar um ambiente que favoreça aprendizagem dessa forma, trazendo para aula todos os recursos que auxiliam na sua atuação, oportunizando a construção do conhecimento.

[...] um clima de sala de aula marcado pela liberdade, tolerância, e aceitação mútua é a condição para o sucesso das estratégias de personalização que o professor deve utilizar. Uma série de atividades individuais ou grupais, envolvendo situações reais e simuladas como resolução de dilemas, permitirão ao aluno uma progressiva tomada de consciência dos seus valores pessoais, a tomada de decisão após ponderação das alternativas, afirmação pública dos valores escolhidos e a ação em coerência com eles. (ESTRELA, 1994, p. 24)

Segundo José e Coelho (2006), a aprendizagem passa por diversos processos que interferem no aprendizado, como intelectual, psicomotor, físico e social. Mas, é da condição emocional que depende grande parte da educação.

TABELA 8 - A escola dispõe de profissionais qualificados para auxiliar nos conflitos dando suporte tanto para vítimas ou agressor? Em caso positivo, como acontece a ação?

Para todos os profissionais, as respostas foram afirmativas, devendo destacar os tipos que foram citados.

Sujeito	Resposta
E-1	“A equipe pedagógica resolve.”
E-2	“Os especialistas são responsáveis em fazer os comunicados às famílias e as reconciliações.”
E-3	“A equipe pedagógica resolve.”
E-4	“A equipe técnica faz o comunicado aos responsáveis e resolve as questões.”

Fonte: dados da pesquisa (2016)

Como foram citadas acima as respectivas escolas dispõe de profissionais que dão suporte aos alunos gerenciando os conflitos. A equipe pedagógica de cada escola é quem atua na mediação dos conflitos. Toda escola deve sua equipe de profissionais que dêem suporte e atendam às necessidades (cognitivas e emocionais). Dentre os profissionais, os mais indicados para lidar com esses problemas seriam o psicólogo e o orientador educacional.

A equipe técnica é basicamente quem gerencia todos os conflitos existentes na escola, como foi mencionado nas questões 5, 6 e 7. Todavia, é necessário que o docente atue mais intensamente nesses conflitos. Infelizmente, acontece muitas vezes de o professor não conseguir ter controle da turma e passar a sua autoridade de professor para outro profissional, geralmente a direção ou o coordenador. Os professores, como profissionais habilitados e responsáveis pelo aprendizado dos alunos, devem especializar-se cada vez mais para saber lidar com as diversas situações conflitantes, encontrando alternativas para resolução desses problemas. Para Freire (2006, p. 157), o educador precisa ter “competências para solucionar uma série de situações; para saber fazer bem o dever; para desenvolver um ensino de qualidade articulado entre as dimensões técnica, política, ética e estética”.

Infelizmente algumas escolas e professores ainda continuam usando da hierarquia e do medo para impor a disciplina, por meio da submissão dos alunos à força daquele que acreditam deter o poder. Os alunos de hoje não são mais os de ontem que obedeciam sem questionar. Essa nova geração contesta e quer explicação para tudo. Não basta a imposição das ações e sim uma construção conjunta das normas e a conscientização da importância ao respeito mútuo.

Observa-se que nesse ponto, a autoridade do professor em sala é transferida para outros profissionais da escola quando ele não consegue resolver situações específicas de indisciplina. Muitas vezes o professor, ao não conseguir controlar uma situação, solicita a presença da direção ou da coordenação, para que seja sanado o problema. Essa atitude poderá minar o seu controle sobre a turma, reduzindo sua autoridade. Se faz necessário, cada vez mais, que o entendimento relativo ao uso da autoridade seja repensado, para que os professores não se coloquem à mercê das diversas formas de violência no ambiente escolar.

TABELA 9 - Em que medida a escola tem enfrentado a questão da violência agindo e interagindo na prevenção e resolução dos problemas?

Sujeito	Resposta
E-1	“Conversas preventivas e chamando os pais para atenção dos alunos com esse comportamento.”
E-2	“Através de atividades diárias, vídeos, palestras, conversas e atividades extras.”
E-3	“Fazendo encaminhamentos, projetos, PROERD (Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência), entre outros”
E-4	“Temos ações conjunta com o PROERD da Polícia Militar que realiza atividade com as crianças, além da guarda-mirim, que trabalha com as turmas a questão da cidadania. Além disso, os professores e equipe técnica sempre realizam trabalhos.”

Fonte: dados da pesquisa (2016)

De acordo com a análise das respostas, apenas nessa pergunta as educadoras da escola E.M.E.F.O.R.C. apresentaram como resolução o desenvolvimento de projetos, mencionando o PROERD (Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência).

Esse programa foi implantado em 1992, pela Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro e hoje é adotado em todo o Brasil. Consiste na participação de policiais

militares, fardados e devidamente habilitados, portando material próprio (livro do estudante, camiseta e diploma), para desenvolverem um curso de prevenção às drogas e à violência na sala de aula. Utilizando-se de conversas preventivas, uso de vídeos, palestras, apoio familiar, além de outras atividades.

Só quando se leva em conta a realidade em toda a sua dificuldade, com todas as suas contradições, se pode articular proposições e elaborar projetos. A escola sonhada não existe mais ou não existe ainda. Resta uma instituição e pessoas que aí se reúnem para trabalhar. Todo um conjunto de forças que é possível desmassificar, reduzir, para que não fiquem mais mobilizadas nestas condutas fracassadas. Mas que, liberadas pela formulação de perspectivas diferentes, permitam o acontecimento de novas situações (COLOMBIER, 1989, p. 85).

Esse tipo de programa deve ser implantado em todas as escolas com propósito de integração das instituições no combate à violência. Somente por meio desse envolvimento das instituições, da sociedade e da família é que se pode vislumbrar soluções para uma problemática tão complexa e alarmante como é a violência escolar, que invade diariamente a vida de indivíduos de diferentes faixas etárias.

É necessário que a escola pense projetos e trabalhos conjuntos, que vislumbrem alternativas na reestruturação do pensamento e da ação dentro das instituições, junto com as famílias. Esse é o papel da educação e dos professores no processo educativo de aprendizado, de minimização da violência, de fazer com que o pensar crítico aconteça. Sendo assim, é interessante buscar projetos significativos que possam efetivamente mudar o contexto a que as escolas estão expostas.

Todo projeto supõe rupturas com o presente e promessas para o futuro. Projeto significa tentar quebrar um estado confortável para arriscar-se, atravessar um período de instabilidade e buscar estabilidade em função da promessa que cada projeto contém de estado melhor do que o presente. Um projeto educativo pode ser tomado como promessa frente a determinadas rupturas. As promessas tornam visíveis aos campos de ações possíveis, comprometendo seus autores (GADOTTI, 1998, p. 57)

Contudo, infelizmente algumas escolas ainda não se atualizaram e focam em projetos apenas pontuais. Ainda buscam resgatar um tipo de autoridade que não existe mais, em vez de refletir sobre a violência e como agir para eliminá-la. Atualmente, os profissionais atuam por vezes só se queixando, procurando culpados, acusando outros, para se livrar de qualquer responsabilidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo do presente trabalho, abordou-se a violência e seus reflexos na educação, em busca de compreender melhor esse fenômeno. Foram explanados alguns conceitos de violência, percorrendo um pouco a história da educação brasileira, assim como o cenário da violência dentro das instituições escolares.

Procurou-se entender melhor como as instituições pesquisadas têm enfrentado a problemática; quais são os atos mais comuns que ocorrem dentro das instituições; quais têm sido as estratégias utilizadas pela escola para prevenir ou sanar os conflitos; como o docente tem encarado essas situações; e quais as contribuições dos pais na solução dos conflitos. O objetivo geral dessa pesquisa é no sentido de averiguar como a escola tem enfrentado a violência dentro do espaço educacional.

As estratégias e as medidas usadas pela escola para sanar o problema em geral têm sido ineficazes, tendo em vista a complexidade do assunto. Isso se deve também ao fato de cada aluno ter seus conflitos interiores e familiares, por muitas vezes refletindo no seu comportamento dentro da escola. As medidas utilizadas, tais como palestras, vídeos e revistas atuam de forma superficial no combate à violência, sendo paliativas ou de aplicação meramente pontual. Embora a violência deva ser combatida a partir da capacidade da escola de “abranger, expandir e universalizar os direitos e a cidadania” (Assis, Constantino e Avanci, 2010, p. 60). Nesse contexto, a consideração do outro como sujeito de direitos e o respeito mútuo são indispensáveis para a solução definitiva do problema.

Outro aspecto intrigante observado é a falta de preparo dos professores, que transferem a solução dos conflitos para a coordenação da escola. A coordenação, por sua vez, busca a participação dos pais ou responsáveis, mas esses pais estão se esquivando muitas vezes do compromisso de educar seus filhos a não violência. Para Abramovay (2012), os docentes precisam ser aprimorados, devem ser realizados diversos cursos, para aperfeiçoar sua formação, especialmente aprofundando os temas vinculados à convivência escolar e ao gerenciamento dos conflitos surgidos nesse âmbito, participando mais efetivamente na tomada de decisões nas escolas, visando a aprofundar seu sentimento de pertença e valorizar o seu papel profissional. Aprofundar o conhecimento é extremamente necessário para alcançar as mudanças que ocorrem de

forma acelerada nos processos educacionais, assim como saber lidar precisamente com as diversas situações que surgem no cotidiano da sala de aula.

Os pais não podem de forma alguma eximir-se de suas obrigações para com os filhos dentro e fora do contexto escolar. A Lei de Diretrizes e Bases (LDB), em seu art. 1º enfoca que a educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais. Mas, infelizmente como relatado no questionário, por motivos diversos, os pais e responsáveis não têm tido condições de dar suporte necessário à escola para contribuir significativamente na resolução dos conflitos apresentados. É necessário que escola e família ajam em conjunto, para ressignificar a violência e a convivência. Apesar disso, percebe-se um descompasso nas relações entre as duas instituições.

Como diz Abramovay (2012, p. 73), “vale destacar que a percepção do professor sobre as perspectivas futuras dos estudantes é de extrema importância, contribuindo positiva ou negativamente para a autoestima e a crença dos estudantes em seu próprio futuro”. A parceria das instituições (família, escola e sociedade) é fator essencial para combater a violência, tendo em visto o importante papel de cada um nessa luta, “o estreitamento das relações entre família e escola é fundamental para melhorar as relações dentro da escola. As duas instituições devem agir como aliadas nessas ações” (ABRAMOVAY, 2012, p.73).

Sem necessariamente esgotar o assunto objeto do presente estudo, pois o tema é complexo, bem como sem generalizar os dados, conclui-se que, para enfrentar esse fenômeno, será preciso unir forças e empenho de todos os agentes educativos de modo a realizar a missão para os quais foram incumbidos. Contudo, a educação brasileira está longe de alcançar esse alvo, gastando tempo na procura por culpados, conduta que não ajuda em nada. A teoria apresentada é satisfatória, mas na prática os conflitos escolares ainda são a triste realidade para muitos alunos. Nas falas dos profissionais observados constatou-se certo conhecimento sobre a complexidade do tema. Todavia, na prática, esses profissionais não aplicam o que conhecem. Resta saber em qual momento do contexto sócio-educacional a teoria e a prática farão parte de uma mesma realidade.

Para erradicação da violência nas escolas, será necessário o comprometimento efetivo de cada um dos atores. Professores deverão ser treinados e qualificados para exercer autoridade em sala de aula e saberem estimular os alunos de modo a conquistar

o respeito dos discentes. Os professores necessitam aprender a lidar com os casos concretos que lhe são trazidos diariamente e não somente repassar o problema para a equipe pedagógica. Devem ser realizados trabalhos para que o respeito à figura do professor seja reconquistado.

Deverão ser criados horários alternativos para que os pais em seus horários de folga (à noite ou no fim de semana) possam ter acesso à escola e aos profissionais que lidam com seus filhos, resolvendo o problema daqueles que alegam não ter tempo para acompanhar o desenvolvimento das crianças e adolescentes. Essa participação efetiva dos pais nas escolas deverá ser registrada para fins de recebimento de benefícios de programas sociais, tais como o Bolsa Escola e Bolsa Família.

7. REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Miriam, Coord. **Conversando sobre violência e convivência nas escolas.** / Miriam Abramovay et al. Rio de Janeiro: FLACSO - Brasil, OEI, MEC, 2012.

AQUINO, J.G.(Org.) **Autoridades e Autoritarismo na Escola:** alternativas teóricas e praticas. 3 ed.-São Paulo: Summus, 1999.

ARANHA, M. L. A. *História da Educação.* 2. ed. São Paulo: Moderna, 2005.

ARAÚJO, Carla. *A violência desce para a escola:* suas manifestações no ambiente escolar e a construção da identidade dos jovens. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

AZEVEDO, F. O Sentido da Educação Colonial. In: *A Cultura Brasileira.* Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1943.

BACHELARD, G. *A formação do espírito científico:* contribuição para uma psicanálise do conhecimento. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Estatuto da Criança e do Adolescente.

CANDAU, V. M. **Direitos humanos, violência e cotidiano escolar.** In: CANDAU, V. M. (Org.). *Reinventar a escola.* Petrópolis: Vozes, 2000.

CAPELATO, M. H. **O Estado Novo:** o que trouxe de novo? In: FERREIA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida das Neves. **O tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo.** 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

CARNEIRO, M. A. *LDB fácil:* leitura crítico-compreensiva artigo a artigo. Petrópolis, 2000.

CERVO, A. L. BERVIAN, P. A. *Metodologia científica.* 5.ed. São Paulo: Prentice Hall, 2002.

CHAUÍ, M. Participando do Debate sobre Mulher e Violência. In: FRANCHETTO, B.; CAVALCANTI, M.L.V.C.; HEILBORN, M.L. (org.). *Perspectivas Antropológicas da Mulher.* São Paulo: Zahar, 2003

COLOMBIER, Claire. **A violência na escola.** São Paulo: Summus, 1989.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. Disponível em: <http://www.cnj.jus.br/programas-e-acoas/lei-maria-da-penha/formas-de-violencia>>, acesso em : 25 de Setembro de 2016.

CORTI, A.P. *A dimensão social da violência escolar:* conflito nas relações ou ausência de relação? In: ABRAMOVAY, M, et al. *Debate: violência, mediação e convivência na escola.* 23ª ed. Brasília: Ministério da Educação, 2005, p. 16-21.

COSTA, C. *Sociologia:* Introdução à ciência da sociedade. São Paulo: Moderna, 1997.

COTRIM, G. *História Global - Brasil e Geral.* 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2005.

DIAZ-AGUADO, M.J.; ROYO, P.; SEGURA, M.; ANDRÉS, M.; MARTÍNEZ, B.(1996a).

DICIONÁRIO DO AURÉLIO. Disponível em <<https://dicionariodoaurelio.com/>>, acesso em: 26 de Outubro de 2016.

ESTRELA, Maria Tereza. **Relação pedagógica e indisciplina na Aula**. Portugal: Porto Editora, 1994.

FANFANI, E.T. Culturas jovens e cultura escolar. Disponível em: <<http://portal.mec.gov/seb/arquivos/pdf/cultjoesc.pdf>> acesso em 26 de Outubro de 2016.

FANTE, C. & PEDRA, J. A. **Bullying Escolar**: perguntas e respostas. Porto Alegre: Artmed, 2008.

FAUSTO, B. *História do Brasil*. 11ª.ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.

FERREIRA, A. B. H. Dicionário. Editora Nova Fronteira. Rio Janeiro: 2016.

FONSECA, J.J.S. *Metodologia da pesquisa científica*. Ceará: Universidade Estadual do Ceará, 2002.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. 13ª ed. Rio de Janeiro, RJ: Graal, 1998.

FRANCA, L. *O método pedagógico dos Jesuítas*. Rio de Janeiro: AGIR, 1952.

GADOTTI, Moacir, **Pedagogia de Práxis**. São Paulo: Córtes, 1998.

GERHARDT, T.E.; SILVEIRA, S.T. *Métodos de pesquisa*. Porto Alegre: UFRGS, 2009.

Ghiraldelli, P. Jr. *História da educação*. São Paulo: Cortez Editora, 2001.

Ghiraldelli, P.Jr. *História da educação brasileira*. São Paulo: Cortez Editora, 2008.

GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GIL, Antonio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. São Paulo: Atlas, 1999.

GONÇALVES, H. *Manual de metodologia da pesquisa científica*. São Paulo: Avercamp, 2005.

GUSMÃO, J. B. B. de. **Qualidade da Educação no Brasil: consenso e diversidade de significados**. Dissertação de Mestrado. USP. São Paulo, 2010.

HENN, L.G. e NUNES, P.P.C. **A educação escolar durante o período do estado novo**. Rev. Latino-Americana de História. Vol2. No 6 2013.

JOSÉ FILHO, M.; DALBÉRIO, O. (Org.). *Desafios da pesquisa*. Franca: Ed. UNESP FHDSS, 2006.

JOSÉ, E.A.; COELHO, M.T. *Problemas de aprendizagem*. São Paulo: Ática, 1997.

KNEPPER, M.R. A importância da família e da escola em relação à falta de limites. Disponível em: <<http://centraldeinteligenciaacademica.blogspot.com.br/2016/04/a-importancia-da-familia-e-da-escola-em.html>>, acesso em: 19 Agosto. 2016.

MARRA, C.A.S. *Violência escolar*: um estudo de caso sobre a percepção dos atores escolares a respeito dos fenômenos de violência explícita e sua repercussão no cotidiano da escola. 2004. 236 f.

MARTINS, Maria José D. Agressão e vitimização entre adolescentes, em contexto escolar: um estudo empírico. **Revista Análise Psicológica**. Out. 2005

MIRANDA, P. *À margem do direito*. Campinas: Bookseller, 2005.

MOACYR, P.A *Instrução e o Império: 1823-1853*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1936, v. 1 (Série Brasileira, v. 66).

OUTEIRAL, J.O. et al. *A infância e a adolescência*. Porto Alegre: Editora Artes Médicas, 1982.

PAUXIS, D. A Influência dos Pais: No Desempenho Escolar dos Filhos. Disponível em: <<http://www.webartigos.com/artigos/a-influencia-dos-pais-no-desempenho-escolar-dos-filhos/24116/>>, acesso em:.

PILETTI, N. **História da Educação no Brasil**. 6. ed. São Paulo: Ática, 1996

PRIORE, M. (org.). *História das Crianças no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1999, p. 96.

Ruotti, C., Alves, R. e Cubas, V. O. (2007). **Violência na Escola: um guia para pais e professores**. São Paulo: Andhep: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo.

SAVIANI, D. A história da escola pública no Brasil. *Revista de Ciências Da Educação*, São Paulo, n. 8, p.185-201, 2003. Disponível em: <http://www.am.unisal.br/pos/Stricto-Educacao/revista_ciencia/EDUCACAO_08.pdf>. Acesso em: 19 Agosto. 2016.

SILVA, M. dos S. **A educação Brasileira no Estado-Novo**. São Paulo: Editorial Livramento, 1980.

SPOSITO, Marília Pontes. **A instituição escolar e a violência**. Cadernos de Pesquisa: Revista de Estudos e Pesquisa em Educação, São Paulo, n 104,1998.

TIBA, I. *Disciplina*, limite na medida certa. São Paulo: Editora Gente, 1996

TOLEDO, C. N. *50 anos de fundação do ISEB*. Campinas: Jornal da UNICAMP. Unicamp, 2005.

APÊNDICE A - QUESTIONÁRIO

QUESTIONÁRIO

DADOS INICIAIS:

FORMAÇÃO: () médio () superior incompleto () superior completo, qual:
_____ () pós graduação, qual: _____

IDADE: _____

TEMPO DE SERVIÇO NA EDUCAÇÃO: _____

TEMPO DE SERVIÇO NA EDUCAÇÃO INFANTIL: _____

1º- Existe violência na sua escola? Caso afirmativo, quais tipos?

() SIM () NÃO

2º- Em sua opinião, quais são os possíveis fatores que desencadeia essa violência?

3º- Em que medida a família atua nessas questões, principalmente quando seus filhos são vítimas ou agressores?

4º- Como tem sido a participação da família dentro do espaço escolar?

() frequenta apenas quando é chamada;

() apenas em reuniões e ou festejos;

() com frequência boa, em sua maioria;

() não tem participado, em sua maioria.

() apenas frequenta a família dos alunos com menos dificuldades

5º- Caso a família não compareça ao ser chamada, o que é feito?

6º- Existe algum acompanhamento externo por parte da escola em caso de aluno com violência frequente? De que tipo? Justifique.

() SIM () NÃO

7º- Existe algum projeto ou ações sendo tomadas pela escola para prevenção e combate a agressão? Qual (ais) justifique.

() SIM () NÃO

8º- Em sua opinião, a violência tem prejudicado o processo de ensino-aprendizagem das crianças, de que forma? Justifique

() SIM () NÃO

9º A escola dispõe de profissionais qualificados para auxiliar nos conflitos dando suporte tanto para vítimas ou agressor? Como acontece a ação caso positivo ou caso negativo?

(☐)SIM (☐)NÃO

10º - Em que medida a escola tem enfrentado a questão da violência agindo e interagindo na prevenção e resolução dos problemas?

APÊNCIDCE B - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Nome da Pesquisa: A violência no contexto escolar: ouvindo o professor de sala.

Pesquisadora responsável: Silvia Aragão de Lima.

Informações sobre a pesquisa: Estamos realizando um estudo sobre a violência escolar que tem por objetivo encontrar respostas à problemática em questão. Assim, trabalhou-se focado no sentido de averiguar como a escola tem enfrentado a questão da violência dentro do espaço educacional.

A metodologia desta pesquisa seguiu por um aprofundamento do tema através de pesquisas bibliográficas sobre a temática em questão, bem como uma pesquisa de campo, do tipo exploratória, de cunho qualitativo.

O presente estudo é relevante, por que trata-se de uma temática que aborda um assunto muito complexo, que afeta a vida dos alunos e das pessoas envolvidas na escola. Nessa perspectiva é importante ter uma visão ampla sobre as questões de violência nas escolas, em busca de reflexões que visem medidas e estratégias para superação desses conflitos.

Na escola de diversas formas tanto com fatores internos (desrespeitos entre alunos e funcionários, desrespeito as normas e regras, carência de recursos, etc.). Como externos (exclusões sociais, raciais, religiosos e de gênero, desestruturação familiar, divergências culturais, religiosas, sociais, políticas, lutas pelo poder, etc). Envolve toda comunidade escolar.



Universidade Federal da Paraíba
Biblioteca Setorial do Centro de Educação

Termo de Autorização para Publicação Eletrônica no Repositório Institucional da UFPB

1. Identificação do trabalho / autor

Título: A violência no contexto escolar: ouvindo o professor de sala.

Autor: Silvia Aragão de Lima RG: 1943266 SSP-PB

CPF: 885215834-00 Telefones: 82 – 988802624

e-mail: silviapbjp@hotmail.com

Orientador: Karla Lucena de Souza CPF: _____

e-mail: _____

2. Identificação do material bibliográfico

Mídia: _____ Formato: _____

Total de páginas: _____.

Data da aprovação: ____ / ____ / ____.

Data da entrega da cópia eletrônica do trabalho na versão final, corrigida, à Biblioteca Setorial do CE:

____ / ____ / ____.

3. Declaração do autor:

Na qualidade de titular dos direitos de autor da publicação supracitada, de acordo com a Lei nº 9610/98, autorizo à Universidade Federal da Paraíba – UFPB, a disponibilizar gratuitamente sem ressarcimento dos direitos autorais, conforme permissões assinadas acima, do trabalho em meio eletrônico, na Rede Mundial de Computadores, no formato especializado¹, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica gerada pela UFPB, a partir desta data.

AUTOR ANUÊNCIA DO ORIENTADOR

AUTOR	ANUÊNCIA DO ORIENTADOR
Assinatura do autor	Assinatura do orientador
Local	Local
____ / ____ / ____	____ / ____ / ____

¹Texto (PDF); Imagem (JPG ou GIF); Som (WAV, MPEG, AIFF, SND); Vídeo (MPEG, AVI, QT); Outros (Específico da área).